



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS

CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA

CLARA REGINA DE BARROS BARBOSA

# NO FIM DO MUNDO HAVERÁ MARISCOS PARA CATAR?

**A Mariscagem artesanal em Vila Velha (Ilha de Itamaracá/PE), o Estado e o colapso da modernização**

Recife 2024

CLARA REGINA DE BARROS BARBOSA

# NO FIM DO MUNDO HAVERÁ MARISCOS PARA CATAR?

**A Mariscagem artesanal em Vila Velha (Ilha de Itamaracá/PE), o Estado e o colapso da modernização**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas, como requisito básico para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof.ª Drª Ana Carolina Gonçalves Leite.

Recife 2024

CLARA REGINA DE BARROS BARBOSA

# NO FIM DO MUNDO HAVERÁ MARISCOS PARA CATAR?

**A Mariscagem artesanal em Vila Velha (Ilha de Itamaracá/PE), o Estado e a crise do trabalho**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas, como requisito básico para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Aprovado em: 01/04/2024

# BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Drª Ana Carolina Gonçalves Leite (Orientadora) Universidade Federal de Pernambuco

Prof.ª Drª Suana Medeiros Silva Universidade Federal de Alagoas

Prof. Dr. Daniel Manzione Giavarotti Universidade de São Paulo

Barbosa , Clara Regina de Barros .

NO FIM DO MUNDO HAVERÁ MARISCOS PARA CATAR? A

Mariscagem artesanal em Vila Velha (Ilha de Itamaracá/PE), o Estado e a crise do trabalho / Clara Regina de Barros Barbosa . - Recife, 2024.

63 p.

Orientador(a): Ana Carolina Gonçalves Leite

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia - Bacharelado, 2024.

Inclui referências.

1. Mariscagem Artesanal . 2. Bairro . 3. Família Tradicional . 4. Racismo . 5. Modernização e sua crise.. I. Leite, Ana Carolina Gonçalves . (Orientação). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Dedico este trabalho a toda minha família Barros, com um agradecimento especial às minhas tias, Regina e Manuela, e à minha avó Cleonilda.

# AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, é importante expressar minha gratidão à comunidade que me sustentou e me impulsionou até a conclusão deste trabalho. Sou grata especialmente à resistência do meu povo, aos habitantes das periferias e às populações racializadas, que enfrentam diariamente a escassez de recursos básicos como casa, comida e saúde. São eles que personificam a dor do vazio desse sistema destrutivo, mas também a rebeldia e a força necessárias para a sua destruição. Somos o que eles não esperam e o mundo que teremos eles não são sequer capazes de sonhar.

Por ser meu primeiro trabalho dissertativo, sinto que a lista de agradecimentos deve incluir todos que contribuíram para minha jornada até aqui. Gostaria de expressar minha gratidão a vocês que de uma forma ou de outra foram essenciais. Agradeço à minha família, em particular à Tia Regina, à minha Avó Cleonilda e à Tia Manoela, assim como ao Pedro e à Bruna, por seu apoio incondicional. Agradeço também aos meus companheiros Cláudio e Duda e à família Feitosa por terem sido uma fonte constante de encorajamento desde os tempos do ensino médio. Ao meu amigo Renato Brian, cuja serenidade e tranquilidade sempre me inspiraram. À Eduarda e ao Matheus, pela infância acolhedora e pela camaradagem juvenil. Juntos, formamos um núcleo de amor e apoio mútuo, mesmo diante das dificuldades de crescer na periferia de uma ilha, obrigada pela força e pelas perspectivas do futuro. Expresso também minha gratidão à minha comadre Elizabeth Maria, por sua generosidade, acolhida em sua moradia, conselhos e carinho constantes. Aos meus amigos, Renato Biruta, Vinícius Cortez, Viana, Mel, Thay, Rafa e Ritinha, que estiveram sempre ao meu lado inclusive nos dias mais difíceis. E ao meu amigo Wesley, cuja alegria contagiante alegrou meus dias nesses meses de escrita, um Carpinense quase Varzeano. Aos amigos do Totó, com quem debatemos sobre a ciência eurocêntrica e suas consequências destrutivas, conversas que alimentam as vozes da minha cabeça até hoje. E à família Albuquerque, por me ensinarem o verdadeiro significado do amor e por me encorajarem a buscar meus sonhos. Patrícia seguirá conosco, encorajando a buscarmos ser felizes.

Agradeço ao grupo de segunda pelos estudos e reflexões que participaram e alimentaram as discussões aqui presentes. Vocês trabalharam comigo neste projeto, abraçando a causa das marisqueiras, dos pescadores artesanais e do bairro da Vila Velha. Obrigada, Vinícius, Renato, Raíra, Gilberto, Filipe, Waltinho, Gabriel, Vitinho, Giba, Paty e Carol. À Mayara agradeço especialmente, você mostrou uma paciência

incomparável e foi fundamental para superarmos juntas as adversidades da gramática embolada e das confusões conceituais. É enorme minha admiração por sua permanência carinhosa. Você entendeu por entrelinhas apertadas o que meu coração dizia e me guiou pela literatura. Mana, Jah te pague em dobro sempre!

Minha orientadora, Profa. Carol, merece um agradecimento especial por sua orientação brilhante ao longo deste processo. Seu acompanhamento meticuloso e apoio constante ao longo deste processo, orientando dos caminhos da crítica aos caminhos metodológicos da geografia, permitiram-me perceber as formas de dominação do presente em seu conjunto nas questões da pesquisa. Você me mostrou também – além da orientação – como pode haver sensibilidade na formação acadêmica e na profissionalização como bacharel, eu agora me sinto no caminho certo para seguir estudando.

Agradeço também aos membros da banca, Profa. Suana e Prof. Daniel, pela paciência e respeito ao meu trabalho. Suas contribuições serão inestimáveis para o desenvolvimento do texto e do meu processo de formação.

Por fim, agradeço especialmente à comunidade de pescadoras e pescadores e aos amigos do bairro da Vila Velha. Sou imensamente grata ao amigo Danilo, morador do bairro, por me abrir as portas de sua casa e me apresentar aos seus parentes, amigos e vizinhos. Foi por meio dele que conheci as marisqueiras referidas nesse trabalho e tive a oportunidade de aprender com suas experiências. Dona Bidian, em particular, merece um agradecimento para lá de especial por compartilhar seu tempo, conhecimento e experiências de vida comigo. Obrigada por me levar à colônia de pescadores, me auxiliar a fazer contatos com outras pescadoras e pescadores. Sua mãe, D. Sonia, também ajudou bastante. Juntas elas descreveram formas da pesca artesanal, do surgimento e transformações do bairro, da importância da colônia de pescadores, das violências do espaço urbano em Itamaracá e das suas vidas particulares com sensibilidade e confiança, um momento único de formação. Muito obrigada às marisqueiras Sônia, Bidian, Miminha, Leda, Regani e Adagilza, senhoras entre 30 e 80 anos da Vila Velha. Em meio às dificuldades de desbravar lacunas dolorosas da memória, pudemos nos acolher.

Aqui além de mostrar de forma escrita a luta para sobreviver no bairro, no capitalismo, pelo trabalho, mostro minha resistência ao desemprego crônico da minha geração, e assim, obrigada pela confiança. Este trabalho não seria possível sem o apoio e a colaboração de cada pessoa mencionada. A todos vocês, meu sincero agradecimento.

Eu sou Lia da beira do mar, morena queimada do sal e do sol da Ilha de Itamaracá

(Lia de Itamaracá, Eu sou Lia, Ciranda de Lia)

Os que ainda não desaprenderam a pensar reconhecem facilmente que esta postura é infundada. Pois a sociedade dominada pelo trabalho não passa por uma simples crise

passageira, mas alcançou seu limite absoluto (Manifesto contra o trabalho, Grupo Krisis)

O valor vai se tornando uma medida miserável

(Grundrisse, Karl Marx)

# RESUMO

Este trabalho discute a crise do trabalho contemporâneo a partir do bairro de Vila Velha, no município de Itamaracá, localizado no litoral norte de Pernambuco e na Região Metropolitana do Recife (RMR). Surgido das relações da sua população com a natureza e do acesso da mesma aos meios de subsistência, o bairro se produziu historicamente em torno de formas de vida ligadas à pesca artesanal. O processo de urbanização e o desenvolvimento de um modo de vida urbano viriam, contudo, a metamorfosear a pesca artesanal de uma atividade de subsistência numa atividade monetarizada, mediada pelo consumo e submetida ao processo de modernização, seus conflitos fundiários e ao planejamento que lhe é subjacente. Em busca de uma leitura que considere a negatividade desse processo, tomamos a crítica da economia política e a crítica do valor-dissociação como referências conceituais, considerando a centralidade da mobilização do trabalho mesmo em sua crise, assim como os atravessamentos históricos definidos pela racialização e pela formação do patriarcado. Para desenvolver a pesquisa, realizamos revisões bibliográficas pertinentes ao tema e um conjunto de trabalhos de campo de viés qualitativo junto a pescadores e pescadoras artesanais durante o ano de 2023. Por meio de uma apresentação 1) das condições históricas de reprodução social de pescadores e pescadoras artesanais e da caracterização de Vila Velha como bairro rural; 2) da formação territorial de Itamaracá e da concomitante constituição da pesca artesanal como alternativa de sobrevivência para populações locais; e 3) da transformação contemporânea das condições de reprodução social, desdobradas do processo de crise do trabalho, pudemos contornar alguns debates de formação, como o sentido da colonização e da imposição do trabalho a ela associada, da constituição da família tradicional e de uma população rural camponesa/caiçara. Além disso, pudemos abordar a desigualdade e a impossibilidade de integração social, cujos desdobramentos vem se impondo de modo violento e naturalizado. Observamos também no bojo dessa crise determinada forma de atuação estatal, que não apenas deixa de garantir acesso a direitos básicos para pescadores e pescadoras artesanais, mas substitui políticas assistenciais por políticas policiais, de controle de uma população vulnerabilizada e descartabilidade na sociedade do trabalho.

**Palavras-chave:** Mariscagem Artesanal; Bairro; Família Tradicional; Racismo; Modernização e sua crise.

# RESUMEN

Este trabajo analiza la crisis laboral contemporánea en el barrio de Vila Velha, en el municipio de Itamaracá, situado en el litoral norte de Pernambuco y en la Región Metropolitana de Recife (RMR). Nacido de la relación de su población con la naturaleza y su acceso a los medios de subsistencia, el barrio se ha reproducido históricamente en torno a modos de vida vinculados a la pesca artesanal. Sin embargo, el proceso de urbanización y el desarrollo de un modo de vida urbano metamorfosearían la pesca artesanal de una actividad de subsistencia en una actividad monetizada, mediada por el consumo y sometida al proceso de modernización, a sus conflictos por la tierra y a la planificación que lo sustenta. En busca de una lectura que considere la negatividad de este proceso, tomamos como referencias conceptuales la crítica de la economía política y la crítica de la disociación del valor, considerando la centralidad de la movilización del trabajo incluso en su crisis, así como los cruces históricos definidos por la racialización y la formación del patriarcado. Para llevar a cabo la investigación, realizamos revisiones bibliográficas pertinentes al tema y un conjunto de estudios cualitativos de campo con pescadores y pescadoras artesanales durante el año 2023. A través de la presentación de 1) las condiciones históricas de reproducción social de los pescadores artesanales y la caracterización de Vila Velha como barrio rural; 2) la formación territorial de Itamaracá y la concomitante constitución de la pesca artesanal como alternativa de supervivencia de las poblaciones locales; y 3) la transformación contemporánea de las condiciones de reproducción social, desplegada a partir del proceso de crisis del trabajo, pudimos sortear algunos debates de formación, como el significado de la colonización y la imposición del trabajo asociada a ella, la constitución de la familia tradicional y de una población rural campesina/caiçara. También pudimos abordar la desigualdad y la imposibilidad de integración social, cuyas consecuencias se han impuesto de forma violenta y naturalizada. En medio de esta crisis, también observamos una cierta forma de actuación del Estado, que no sólo no garantiza el acceso a los derechos básicos de los pescadores y pescadoras artesanales, sino que sustituye las políticas asistenciales por políticas policiales, para controlar a una población vulnerable y desechable en la sociedad del trabajo.

**Palabras clave:** Marisqueo artesanal; Vecindario; Familia tradicional; Racismo; Modernización y su crisis.

# ABSTRACT

This monograph discusses the contemporary crisis of work in the neighborhood of Vila Velha, in the municipality of Itamaracá, located on the north coast of Pernambuco and in the Metropolitan Region of Recife (RMR). Arising from its population's relationship with nature and their access to the means of subsistence, the neighborhood has historically reproduced itself around ways of life linked to artisanal fishing. The process of urbanization and the development of an urban way of life would, however, metamorphose artisanal fishing from a subsistence activity into a monetized activity, mediated by consumption and subject to the process of modernization, its land conflicts and the planning that underlies it. In search of a reading that considers the negativity of this process, we take the critique of political economy and the critique of value-dissociation as conceptual references, considering the centrality of the mobilization of labour even in its crisis, as well as the historical crossings defined by racialization and the formation of patriarchy. In order to carry out the research, we carried out bibliographical reviews pertinent to the topic and a set of qualitative field studies with artisanal fishermen and fisherwomen during the year 2023. Through a presentation of 1) the historical conditions for the social reproduction of artisanal fishermen and the characterization of Vila Velha as a rural neighborhood; 2) the territorial formation of Itamaracá and the concomitant constitution of artisanal fishing as a survival alternative for local populations; and 3) the contemporary transformation of the conditions for social reproduction, unfolding from the process of the crisis of work, we were able to circumvent some debates of formation, such as the meaning of colonization and the imposition of work associated with it, the constitution of the traditional family and a rural peasant/caiçara population. We were also able to address inequality and the impossibility of social integration, the consequences of which have been imposed in a violent and naturalized way. In the midst of this crisis, we also observed a certain form of state action, which not only fails to guarantee access to basic rights for artisanal fishermen and fisherwomen, but replaces welfare policies with police policies, to control a vulnerable population and disposability in the working society.

**Keywords:** Artisanal shellfish gathering; Neighborhood; Traditional family; Racism; Modernization and its crisis.

# LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**APA –** Área de Proteção Ambiental

**CLT –** Consolidação das Leis do Trabalho

**CPRH –** Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração de Recursos Hídricos

**DORT –** Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho

**LER –** Lesões por Esforço Repetitivo

**KM –** Quilômetro

**MPA –** Ministério da Pesca e Aquicultura

**PE –** Pernambuco

**RGP –** Registro Geral da Atividade Pesqueira

**RMR –** Região Metropolitana do Recife

**UC –** Unidade de Conservação

# SUMÁRIO

1. [INTRODUÇÃO 13](#_TOC_250005)
2. [A PESCA ARTESANAL 18](#_TOC_250004)
	1. Pescadores Artesanais e a reprodução social 18
	2. Os conceitos marxistas sobre a acumulação primitiva, o fetichismo da

mercadoria e a dinâmica do capitalismo 24

* 1. Os estudos de comunidades rurais no Brasil 29
1. [A PESCA E O BAIRRO DA VILA VELHA 33](#_TOC_250003)
	1. A pesca artesanal e a democracia 41
2. [A PESCA ARTESANAL, O PATRIARCADO E O CAPITAL. 50](#_TOC_250002)
	1. As marisqueiras 50
	2. O patriarcado nessas relações sociais dos pescadores 53

[CONCLUSÃO 57](#_TOC_250001)

[REFERÊNCIAS 59](#_TOC_250000)

# INTRODUÇÃO

Com o agravamento das crises ambientais e da produção no sistema capitalista, o bairro da Vila Velha se destaca diante das complexidades sistemáticas do colapso da modernização, como um bairro de comunidade pesqueira artesanal de comunidade tradicional; desses processos contraditórios dimensões onde a comunidade pescadora artesanal desdobram se na contemporaneidade. Foram as atividades tradicionais que sustentaram famílias e garantiram seus territórios, de comunidades tradicionais que lutam desde o genocídio colonial dos povos indígenas, dos negros e dos povos originários, aos mais recentes ataques de um estado moderno em crise de financerizações, fundamentado em crises financeiras; ecologicas, projeto de uma forma de mercadoria, atravessados pelo sistema abstrato, as comunidades tradicionais, dos povos originários e dos quilombos, são uma permanência resistente na linha de frente como simbolo da guerra contra o sistema predatório, capitalista, racista e patriarcal; são eles resistem para nutrir a cultura, a natureza, como costumes, etc. Nesse estudo, diante dos processos sobre a pesca artesanal da mariscagem, da subsistência das comunidades tradicionais, a pesca artesanal da mariscagem enfrenta os desafios da negatividade das metamorfoses dessa crise da reprodução ampliada do capital. A mariscagem, além de sofrer as consequências das mudanças climáticas por ocorrer em parte nas costas e manguezais, de comunidades, estão impostos as consequências da poluição das águas, como da privatização dos acessos às praias, como marcada das lutas de gênero, do preconceito e do racismo como da desigualdade social, de classes. Da categoria da dialética contraditória, uma discussão sobre a pesca artesanal da mariscagem, composta majoritariamente por mulheres pescadoras, também donas de casa, da mariscagem, um símbolo da pesca artesanal, uma pesca por mãos, corpos, mães e filhos. É na pesca artesanal de pescadoras que a mariscagem se materializa, e no mundo contemporâneo, essas pescadoras, marisqueiras, enfrentam crises ambientais e sistemáticas advindas do ritmo do sistema capitalista e do seu colapso como atravessados pelo processo da modernização, e dessas relações as transformações dos padrões de confinamento e do encarceramento em massa ou da periferização.

A territorialização do capital na contemporaneidade é dominada pela subversão de um fetichismo além do dinheiro à forma-mercadoria, pela forma do trabalho cristalizado do valor, que revela no momento da escravização direitos da mobilidade do trabalho mediada além de fetichista mas puramente negativa e por aparências, dessa violência da

centralidade das relações abstratas as concretas pela forma da mercadoria força de trabalho (Marx, 1986).

Da análise fornecida dos aspectos do fetichismo e das relações abstratas na liberdade sobre um sujeito na forma da mercadoria e dessas relações também de classes socioeconômicas, observam-se as formas de resistência dessas populações frente aos desafios da financeirização e das mudanças climáticas. Uma comunidade que vivencia as violências de luta por território contra um sistema capitalista e monopólios presencia o caráter destrutivo das relações abstratas diante das relações sensíveis de necessidades como ter acesso a água, ao alimento, a moradia, a família… Relatos em campo revelam as preocupações dos pescadores e pescadoras artesanais com problemas infraestruturais, como acesso a água, luz, moradia, alimentos, etc. Mas também a saúde dos recursos naturais, dos oceanos, dos biomas, da água doce, da fauna e da flora. O senso de preservação e comunidade dessas comunidades pescadoras artesanais revela nas memórias dos idosos de um lugar com águas limpas e doces acessíveis a toda comunidade nos olhos águas que hoje encontram-se contaminadas, ou as árvores frutíferas em todas as ruas das comunidades, que matavam a fome, além das falas sobre os fortes laços comunitários na comunidade pela sentimento de vizinhança. As mudanças para o colapso das relações sociais modernas e da destruição da natureza traumatizam os pescadores das comunidades, relatam preocupações dolorosas sobre o destino do futuro da sociedade que as próximas gerações irão vivenciar, desde a falta da estabilidade da natureza, ao acesso às praias, mangues e oceano, a água e aos alimentos, questionam se haverá natureza para ocupar ou apenas sua lembrança1.

Dos antagonismos sociais, pela percepção da personalização dos conflitos, como proprietários e expropriados, Marx (1986) demonstra as formas de personificações do capital e sua dominação estrutural pela forma-mercadoria, sob concorrência e produtividade. Contraditoriamente, desenvolvendo-se mediante crises e revoluções tecnológicas-científicas-informacionais, um sistema que expõe a desigualdade e a destruição da vida.

Do resultado do sistema colonial e do duplo do trabalho como base da formação escravista, visíveis no processo migratório do Brasil por estrangeiros no período da colônia e dos monopólios da terra, mostram a resistência da pesca artesanal como garantia de território (Silva, 2017).

1 Diante das crises climáticas, o litoral Pernambucano é um dos mais afetados. Disponível em: <https://shre.ink/8qvo>. Acesso em: 14 fev. 2024.

O bairro da Vila Velha no município de Itamaracá tem sido alvo de uma ocupação impulsionada pelo turismo predatório, o que tem gerado uma divergência entre as áreas de proteção ambiental e a preservação dos modos tradicionais de vida pesqueira. A pesca artesanal enfrenta não apenas as contradições do planejamento estatal modernizador, mas também as barreiras institucionais relacionadas ao registro e licenciamento da atividade pesqueira artesanal, afetando assim a garantia do território das pescadoras.

No contexto da Vila Velha, as pescadoras emergem como agentes de resistência em meio ao ritmo desenfreado de produção abstrata da sociedade do trabalho. No entanto, enfrentam desafios cada vez maiores devido à crise do trabalho, à poluição e escassez de pescados. Essa crise do trabalho marginaliza e expõe os pescadores artesanais a situações de violência inimagináveis.

Dessa forma, a cidade de Itamaracá testemunha o colapso da modernização, em um contexto de vulnerabilidade socioeconômica. Com acesso limitado ao dinheiro e à terra, muitos pescadores artesanais encontram no turismo e no trabalho informal as únicas fontes de extração de renda, pela expansão da monopolização de barcos e outras estruturas. Essa vulnerabilidade socioeconômica se reflete em questões como o crescimento da violência doméstica e do aliciamento dos jovens pelo crime organizado, revelando as profundas desigualdades e a falta de acesso às condições mínimas de vida na comunidade pesqueira tradicional.

No contexto atual, torna-se cada vez mais evidente o impacto direto da crise do capitalismo na vida das comunidades locais, exacerbando as desigualdades e ameaçando a possibilidade social e ambiental desses territórios. Nesse sentido, esta pesquisa lança luz sobre as condições de reprodução das famílias de pescadores no bairro de Vila Velha, localizado na Região Metropolitana do Recife (RMR) no município de Itamaracá. A análise parte do padrão territorial estabelecido pelo capitalismo e reflete sobre como as crises do sistema afetam as relações da população local com a natureza e o acesso aos meios de subsistência.

Este estudo concentra-se na pesca artesanal como uma atividade central no bairro da Vila Velha, explorando as complexas relações entre os pescadores, o território, o estado e a região. Examina-se também as dinâmicas patriarcais, de luta e resistência dos pescadores e pescadoras artesanais em meio à crise do trabalho, e como essas relações são instrumentalizadas na reprodução do capitalismo.

A escrita deste trabalho reflete a urgência e a importância de expor as formas de opressão enfrentadas por essas comunidades. Desde as dificuldades práticas, como a falta de materiais de trabalho, até as barreiras psicológicas impostas pela estrutura racista e misógina da sociedade, a pesquisa revela uma triste realidade que merece ser confrontada.

Para compreender a sociedade diante sua crise de reprodução na reprodução da família dos pescadores artesanais no bairro da Vila Velha, partimos da relação do sistema capitalismo e do gênero de vida na produção mercantil, industrial, informática e financeira no Brasil.

Por meio desta abordagem crítica, busca-se não apenas visibilizar a urgência da luta dessas comunidades, mas também ressaltar a importância da preservação dos ecossistemas costeiros e dos modos de vida tradicionais. A pesca artesanal não é apenas uma fonte de sustento, mas também uma expressão de resistência, memória e cultura, essencial para a garantia da vida e do território dessas comunidades.

Além disso, pesquisa visa investigar as memórias e a formação territorial do bairro da Vila Velha. Silva (2017) demonstra como a pesca artesanal é afetada pela violência de um estado modernizador, que promove o desenvolvimento da produção por meio de regulamentações da política econômica, decretos-leis, planejamento e ordenamento espaciais para industrialização e monopolização dos recursos pesqueiros.

Ademais, de acordo com Leite (2010, 2015), as dinâmicas regionais e estruturais do capital revelam as categorias de sua territorialização através da autonomização da terra, do trabalho e do capital, por meio da violência imposta às comunidades rurais.

Diante dessa relação entre o campesinato e a população tradicional, o bairro rural emerge como uma forma territorial desse padrão do capital e do processo de modernização no estado brasileiro. Os estudos de Candido (1964), Queiroz (1976) e Seabra (2003) foram essenciais para a compreensão dos aspectos descritivos da geografia agrária e dos estudos de comunidades rurais da sociologia rural. Assim, as relações capitalistas, vistas como paradigmas desse período de formação das ciências no Brasil, caracterizadas por um caráter descritivo, revelam um padrão de territorialização do capital pelo movimento da centralização do trabalho nos meios de subsistência.

Diante dessas relações, citamos, mesmo que introdutoriamente, as relações patriarcais das reproduções dos meios rurais do campesinato brasileiro, que ainda, como base das relações atuais da família patriarcal, simbolizam a luta de gênero nas comunidades da atividade pesqueira. Pelas autoras Corrêa (1982, 1990), Federici (2019,

2019) e Scholz (1992) citamos as relações patriarcais na reprodução do campesinato, e especificamente do brasileiro.

A análise dessas relações com a crise do trabalho revelou a busca pela mediação da negatividade desses momentos de análise. Diante do trabalho como produção de valor do capitalismo e seu desenvolvimento por um padrão de descartabilidade da força do trabalho humano, revelou a análise do colapso do processo de modernização. Diante de uma relação da mobilidade do trabalho, Marx (1986), Gaudemar (1977) e Kurz (1995, 1995) revelam o papel da economia política e do Estado moderno nas relações de reprodução pela financeirização das relações sociais. Desse metabolismo entre sociedade e sistema capitalista, a vida dos pescadores tomou parte, desde sua população rural, um bairro rural da Vila Velha dos meios de subsistência até o presente. A subversão nas categorias na forma abstrata naturaliza conflitos.

A metodologia adotada nesta pesquisa foi qualitativa, permitindo a interação direta com os interlocutores e possibilitando a compreensão das relações sociais presentes no bairro e das condições de vida em meio à crise da reprodução do capital. Essa abordagem permitiu problematizar questões da dissociação valor e da mercadoria do trabalho e suas repercussões nas territorializações na vida desses pescadores.

Para a realização da pesquisa, foram introduzidas diversas técnicas metodológicas, incluindo conversas informais, idas a campo para observação direta, registros fotográficos e realização de diálogos livres com os pescadores e pescadoras. Essas metodologias proporcionaram uma compreensão mais profunda e contextualizada das realidades vivenciadas pelos pescadores artesanais do bairro da Vila Velha.

# A PESCA ARTESANAL

* 1. ​Pescadores Artesanais e a reprodução social

A pesca artesanal, como herdeira das formas de reprodução dos povos tradicionais, estabelece uma relação crucial para a sobrevivência das populações que dependem dos recursos naturais X natureza, bem como da preservação da cultura tradicional. Essas comunidades reproduzem suas vidas por meio dos conhecimentos e práticas tradicionais de gestão, organização, cultura, história, festividades e folclore. Os pescadores garantem seus modos de vida a partir dos recursos da natureza, diante da relação com os meios de subsistência as comunidades tradicionais estão sob uma relação conflituosa no Brasil, são territórios de resistência diante o modo de produção capitalista.

As relações da pesca artesanal estão intrinsecamente ligadas a esse contexto. Como produtores de seus próprios meios de subsistência, os pescadores resistem até os dias atuais a uma lógica de produção que transforma as relações sociais na produção do trabalho alienado. Dessa forma, a relação da pesca artesanal com o território permeia conflitos de interesses e poder.

A autora Silva (2017) destaca, em sua tese de doutorado, as relações do extrativismo artesanal consciente e a resistência dos pescadores e pescadoras na garantia do território. Esse território representa não apenas o local de trabalho, mas também a segurança alimentar, a moradia e as relações afetivas das famílias pescadoras na Reserva Extrativista de Acaú, localizada entre os estados de Pernambuco e Paraíba.

Silva (2017) ressalta a importância da pesca artesanal na subsistência de diversas comunidades costeiras e ribeirinhas ao redor do mundo. Os pescadores e pescadoras artesanais são herdeiros de uma cultura rural, compartilhando valores, práticas sociais e formas de organização. São os pescadores e pescadoras artesanais que reproduzem a pesca artesanal por meio de equipamentos adaptados às condições locais e às suas necessidades, promovendo uma pesca sustentável diante a produção da indústria e aquicultura, a pesca artesanal reproduz uma sustentabilidade com métodos de menor impacto ambiental e métodos menos predatórios para os ecossistemas marinhos em meio a uma reprodução do sistema capitalista; a reprodução capitalista diante da atual destruição da natureza e dos impactos das mudanças climáticas, essas condições não permitem uma produção da pesca artesanal de forma harmônica. Os pescadores e

pescadoras sofrem as mazelas geradas pelo sistema capitalista diante as tensões nos seus territórios.

A profissionalização dos pescadores artesanais historicamente ocorreu através da escravização de pessoas para exercerem essa atividade. Esse processo foi marcado por violência direta sobre seus corpos. Como produtores, a pesca artesanal estava inserida em um sistema colonial que sustentava a produção de alimentos no Brasil. Esses meios de subsistência há base economia escravista quanto à economia da população rural pelo trabalho escravizado (Silva, 2017).

Constitui uma forma de expansão do capitalismo o sistema colonial, que se caracteriza pela violência direta e pela mobilidade forçada do trabalho através de sequestros e genocídios da população preta e originária. Esse período foi o palco da acumulação primitiva do capital, em que a mobilidade forçada do trabalho e a privação da liberdade, incluindo do próprio corpo, foram elementos essenciais. O trabalho escravizado foi o alicerce da riqueza da produção capitalista, mobilizando milhões de pessoas traficadas por navios para serem submetidas à tortura em lavouras e engenhos. Essa exploração serviu como uma das diversas formas de reproduzir o racismo, utilizando o trabalho escravizado como uma abstração que organizava e se territorializou um regime político interno no país, perdurando por mais de 300 anos. Os colonizadores subjugaram os povos originários do país, sendo os primeiros 50 anos de colonização marcados pelo trabalho escravista desses povos, resultando no genocídio de suas comunidades. O tráfico negreiro, inicialmente realizado pelos portugueses, envolvia o sequestro de pessoas de África para serem vendidas como escravas2.

A pesca artesanal, nascida da escravidão, revela uma autonomia peculiar em relação a outras ocupações da época, pois os pescadores estavam libertos, distantes dos engenhos e dos seus “senhores”. Além disso, o aprendizado da pesca como uma habilidade especializada, de um saber-fazer, desenvolveu uma relação intrínseca entre a pesca artesanal e o espaço relacional do trabalho, destacando a centralidade do trabalho na relação social. (Silva. 2017).

A pesca artesanal e os pescadores artesanais estão expostos à expropriação pela reprodução do capital desde o período colonial, assim como ocorria com os pescadores escravizados (Silva, 2017). Atualmente, a dominação da água, do solo e das fontes de

2 Com mais de 5 milhões de pessoas sequestradas de África, de pessoas negras submetidas ao tráfico, totalizando mais de 12 milhões de vítimas mundiais pela escravidão no sistema colonial. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros>. Acesso em: 18 fev. 2024.

subsistência, assim como das praias e do oceano, faz com que seus territórios sejam regulamentados pelo Estado brasileiro, configurando um espaço territorial de poder e segurança da administração pública.

Silva (2017) descreve como a reprodução atual através da atividade pesqueira engloba uma série de atividades relacionadas, desde a comercialização dos peixes na comunidade e em estabelecimentos comerciais até a produção de artesanato, como bijuterias, redes, decorações e barcos, destinados tanto ao consumo quanto à venda. A atividade pesqueira, assim, torna-se um elemento central na dinâmica socioeconômica dessas comunidades. Dessa forma, a pesca artesanal é conceituada como um conjunto de práticas, valores, tradições e modos de vida distintivos dos pescadores e pescadoras, uma comunidade intimamente ligada à sua atividade pesqueira. Esse conceito abrange não apenas as técnicas de pesca empregadas, mas também os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais que influenciam a vida dessas comunidades. Trata-se de uma relação intrínseca com a reprodução de um modo de vida tradicional.

A apropriação da pesca artesanal como tradição, cultura, símbolos e etc. Revela que nas comunidades tradicionais não há dissociação dos meios de produção do modo de vida. É a comunidade tradicional e seus meios de subsistência que têm desempenhado a segurança alimentar, um papel significativo como fonte de reprodução das famílias, desde proporcionar alimentos, renda, sustento, ao empoderamento das comunidades e da preservação das tradições locais. Os pescadores e pescadoras, como artesãos, perpetuam conhecimentos seculares dessa atividade, que além da produção mercantilizada, são os territórios pesqueiros que reproduzem conhecimentos e tradições de geração em geração. Caracterizando-se como uma arte, ancestralidade e tradição, mesmo diante das tensões geradas pelo sistema capitalista (Silva, 2017).

Nesse contexto, os pescadores e pescadoras artesanais estão inseridos em um metabolismo com a natureza, onde a produção segue um ritmo determinado pelo ambiente. Cada pescador e pescadora conhece as condições ideais para realizar suas atividades, o que reflete uma relação íntima com o meio ambiente (Silva, 2017).

Os estudos sobre a pesca artesanal, no âmbito do debate acerca da categoria do gênero de vida na geografia agrária, revelam a extração de renda proporcionada pelos meios de produção em diversas atividades de reprodução. As populações tradicionais reproduziam seus meios de vida em uma dinâmica paralela ao capitalismo comercial, organizando-se em torno do uso e consumo de suas reproduções, destacando-se o papel das relações familiares e hierárquicas. Nesse contexto, a pesca artesanal se destaca

como parte desse processo. As comunidades da pesca artesanal encontram-se inseridas em um processo de modernização marcado por monopólios e industrialização.

Como pescadores artesanais, integram como parte a relação comercial; mas essa atividade não envolve as mesmas relações trabalhistas da relação de um trabalhador assalariado. Os pescadores além do conhecimento para reproduzir seus próprios materiais de produção, como armadilhas, redes ou barcos, o acesso mesmo que conflituoso aos meios de produção produzem um ritmo diferente das relações capitalistas, além de uma divisão do trabalho convencional, como a exemplo da particularidade deste estudo, diante a pesca da mariscagem os pescadores e pescadoras podem alternar entre uma divisão do trabalho da pesca em alto mar ou na mariscagem.

Ao considerar o gênero de vida e os acessos proporcionados pelos meios de produção, em termos das diversas atividades que reproduzem, essas populações mantêm seus modos de vida, alguns dos quais mercantis, outros indiretamente mercantis e outros apenas tangencialmente, na medida em que produzem diretamente e não dependem do mercado para suas necessidades monetárias.

No território pesqueiro e na luta pela garantia de vida diante dessa instabilidade, os conflitos fundiários tornam-se frequentes, contribuindo para a formação de mão de obra barata para o trabalho braçal e para os fluxos migratórios em direção às dinâmicas territoriais da produção industrial e urbana.

Apesar das imposições urbanísticas e da sociedade do consumo atravessarem as comunidades pesqueiras, bem como das transformações decorrentes da industrialização pelo espaço urbano brasileiro, a permanência das comunidades da pesca artesanal é uma forma de resistência do território das comunidades tradicionais. Contudo, é importante reconhecer que essa resistência também se materializa no campesinato, através das práticas de produção tradicionais, que muitas vezes são gerenciadas pelo Estado brasileiro sob uma lógica de distribuição naturalizada.

A autora assim, argumenta a lógica das políticas do estado federal nos planos de modernização, evidenciando as dificuldades enfrentadas pelos pescadores e pescadoras artesanais para sobreviver por meio desses meios de subsistência. “Este é um dos papéis do Estado capitalista, que tem como dever garantir a reprodução do capital e regular por meio de uma diversidade de políticas os processos dessa reprodução" (Silva, 2017, p. 26).

As comunidades pesqueiras artesanais encontram-se inseridas em um complexo marginalizado dentro do sistema capitalista de produção de mercadorias. Como por

exemplo, na década de 60, os planos de modernização na pesca pelo governo federal revelam a forma que o planejamento desenvolvimentista dessas relações sociais camponesas diante o processo de modernização. As transformações drásticas na vida das comunidades tradicionais pelas relações do planejamento urbano do Brasil, de como as relações sociais estavam imersas nas relações precarizadas das relações sociais da força de trabalho nas relações sociais pelo processo de urbanização, levaram os pescadores e pescadoras tradicionais a vivenciarem o crescimento da produtividade automatizado, de uma abstração das relações de concreto e abstrato, evidenciado na velocidade crescente de destruição nos seus territórios que de vida e na expulsão de seus meios de reprodução por um ritmo de monetarização das relações de trabalho. Isso inclui não apenas a introdução do dinheiro nas relações de troca, mas também um Estado brasileiro que, pela autonomização da terra, do capital comercial e do trabalho, inibe os próprios pescadores artesanais e os meios marinhos. Segundo Silva (2017), "a partir da década de 1960, quando dos investimentos e incentivos à modernização da pesca, que demonstraram a prioridade do governo federal na pesca e na aquicultura industriais". São essas políticas de modernização da pesca, com incentivos grandiosos à pesca industrial, um processo que integra a privatização dos territórios e a expulsão das comunidades diante uma sociedade de consumo, e o modo de vida do trabalhador assalariado e dos cotidiano urbanos nos centros das cidades. Visto por Silva como as formas que a natureza é metamorfoseada em mercadoria. (2017):

“Dentre as consequências desse projeto político, estão a privatização das águas, a exploração exacerbada dos estoques pesqueiros e da natureza como um todo e a sujeição das pescadoras e pescadores ao trabalho assalariado. Além disso, a ofensiva se traduz também nos empreendimentos estatais e privados que nada têm a ver com o setor pesqueiro, mas que atingem direta e indiretamente as comunidades pesqueiras” (Silva, 2017, p. 28).

O processo de urbanização, do desenvolvimento de um modo de vida urbano viriam a metamorfosear a pesca artesanal de uma atividade de subsistência numa atividade monetarizada, mediada por uma sociedade de consumo e submetida ao processo de modernização das relações sociais, assim como a vida urbana estabelecia em seu ritmo capitalista; os conflitos fundiários e o planejamento que lhe é subjacente introduzem formas que expande uma abstração das relações concretas por um gerenciamento estatal. A pesca artesanal ser posta como predatória pelo Estado é problemático nas lutas de segurança e vulnerabilidades, como Silva (2017) enuncia:

“A importância que um dos discursos do Estado tem para justificar a supressão da pesca artesanal, substituindo-a pela industrial e pela aquicultura, é que a

pesca artesanal é predatória e provoca a escassez dos “recursos pesqueiros”. Um discurso falso e que tem como objetivo convencer que a pesca artesanal é inviável e que a aquicultura é a alternativa, quando na realidade, o grande capital subsidiado pelo Estado é o responsável pela exploração exacerbada da natureza, seja por meio de grandes obras, exploração e precarização do trabalho e/ou especulação imobiliária’. (Silva, 2017, p. 29).

A monopolização da atividade pesqueira, representada na expansão da pesca industrial e da aquicultura, a marginalização da pesca artesanal diante uma desigualdade do processo da mercantilização, leva a comunidade pescadora a enfrentar desafios cada vez maiores em sua reprodução (Silva, 2017). Assim a pesca artesanal enfrenta uma marginalização:

“(...) A marginalização se dá nas ações e no discurso, que carregam a ideologia da modernidade e subsequentemente, definem as trabalhadoras e os trabalhadores da pesca artesanal como “atrasados” ou arcaicos, devido a suas técnicas de trabalho e seus modos de vida. Apesar de marginalizado, porém, o setor artesanal não é esquecido, sendo alvo ao longo da história do país de diversas políticas e mudanças administrativas que impactam as comunidades pesqueiras de alguma forma. Sejam políticas paliativas que possuem intencionalidade de dependência e controle ou políticas que visam a expansão da atividade industrial”. (Silva, 2017, p. 166).

No sistema de produção capitalista, a concentração do poder econômico influencia diretamente as políticas e regulamentações pesqueiras, muitas vezes favorecendo a pesca industrial em detrimento da pesca artesanal. Desde a pesca industrial, aos investimentos atuais do Estado na aquicultura industrial, apresenta um cenário em que a pesca artesanal enfrenta consequências ambientais e climáticas adversas; desde práticas de pesca destrutivas, há privatização das águas, contaminações diversas como a perda da biodiversidade, a padronização da produção pesqueira, além do perda da segurança alimentar, etc.

No contexto modernizador e democrático, o Estado se torna um agente de invasões e expropriações de terras e áreas de pesca tradicionais, muitas vezes legitimadas por leis e regulamentações que desmobilizam a resistência dos pescadores artesanais. Essa dinâmica se reflete na naturalização da degradação dos habitats marinhos e no favorecimento da indústria pesqueira, empresas de aquicultura e mercado imobiliário em detrimento dos interesses dos pescadores artesanais, cujas atividades são planejadas e regulamentadas de acordo com esses interesses.

2.2. Os conceitos marxistas sobre a acumulação primitiva, o fetichismo da mercadoria e a dinâmica do capitalismo

Desde os tempos coloniais, o território brasileiro foi moldado pelos interesses do capitalismo, inicialmente através do sistema de sesmarias e capitanias hereditárias. Esses sistemas promoviam a acumulação primitiva por meio da monocultura e do trabalho escravizado, estabelecendo as bases para a economia colonial. A produção mercantil de exportação de insumos tropicais, juntamente com o comércio de escravos africanos, desempenhou um papel fundamental na formação desse modelo econômico.

No contexto do sistema colonial, observa-se a legitimação e financiamento das formas de acumulação primitiva por parte da ordem política europeia, caracterizada por sua natureza aristocrática, imperialista e mercantilista. Essas práticas eram reforçadas por meio de crises e guerras, que serviam como modelos de socialização da sociedade capitalista. Nesse cenário, estabeleceu-se uma relação centro-periferia, em que o centro era representado pelas metrópoles europeias, enquanto o restante do mundo era visto como territórios a serem explorados e dominados.

Essa dinâmica de territorialização do capital no campesinato era marcada pela imposição do trabalho assalariado, o que implica na subordinação das populações locais aos interesses e necessidades das potências colonizadoras. A busca por uma leitura que considere a negatividade desse processo visa compreender as consequências sociais, econômicas e culturais da colonização e da exploração dos recursos e das pessoas nos territórios colonizados. Essa abordagem crítica busca evidenciar as desigualdades, injustiças e violências intrínsecas ao sistema colonial e ao modelo de acumulação capitalista que o sustentava.

Para Marx (1986), a negatividade inerente ao capitalismo é evidente. Em sua abordagem dialética, ele apresenta o capital como produtor de uma ampla gama de mercadorias, que assumem formas abstratas. Essas mercadorias possuem valor, determinado pela quantidade de trabalho incorporada nelas. Marx destaca o duplo caráter da mercadoria dinheiro, que funciona tanto como mercadoria circulante quanto como equivalente universal.

Devido à expropriação da humanidade transformada em mercadorias, surgem as necessidades, resultando na separação das condições de reprodução do indivíduo. Esse processo transforma tudo em objetos mediados por objetos, levando à "coisificação" das relações sociais. Marx mostra como o fetichismo do capital se manifesta na produção de

riquezas como mercadorias, onde as relações sociais entre as pessoas são obscurecidas pela relação com as mercadorias.

A análise de Marx sobre a mercadoria e o capital é dividida em três partes distintas. Primeiramente, ele examina a forma da mercadoria, que representa a produção do capital. Em segundo lugar, analisa a circulação das mercadorias, abordando tanto a produção quanto o mercado. Por fim, trata da distribuição, que não se refere à circulação ou à mercadoria em si. As mercadorias, por si só, são inertes, mas a forma mercadoria adquire mobilidade por meio do trabalho. Essa metamorfose, do valor na forma da mercadoria trabalho e na forma da mercadoria dinheiro na circulação, revela como o trabalho é essencial para a reprodução.

Ao descrever um capital fictício em exemplos coloniais, Marx sintetiza a produção abstrata da civilização, destacando o trabalho como revelador da forma do valor, mediado pela circulação da mercadoria dinheiro. Sob a externalização da dialética contraditória do valor, ele demonstra como a reprodução do capital é mediada pela socialização do trabalho, por meio de uma abordagem que considera os fundamentos e as estruturas econômicas, sociais e políticas.

Nesse contexto, a territorialização do capital no espaço se dá por meio da hegemonia das classes dominantes, que acumulam riquezas por meio da chamada "acumulação primitiva". Isso envolve a expropriação das terras e a conversão dos camponeses ao modo de vida do trabalho fabril, resultando em um modo de vida baseado no trabalho assalariado e na industrialização/mecanização. Esse processo promove a autonomização do capital em suas formas de produção, resultando na pauperização da classe trabalhadora.

A sociedade capitalista, por sua vez, produz meios de socialização que centralizam a organização do trabalho. Nesse cenário, o indivíduo se torna sujeito ao trabalho, perdendo as condições de reprodução e sendo mediado por relações monetárias e pela reificação, que transforma valores em mercadorias e abstrai as relações sociais em termos de trocas monetárias. Esse processo de reificação e alienação distancia o indivíduo de sua humanidade e o submete às demandas do sistema capitalista, ampliando as desigualdades e promovendo a exploração da classe trabalhadora.

O fetichismo, conforme descrito por Marx (1986), é fundamental para compreender a reprodução das mercadorias dentro de uma estrutura dialética marcada por contradições. Esse processo inclui a acumulação primitiva, a produção e a

circulação das mercadorias, todas permeadas por uma reprodução fetichista. A mercadoria desempenha um papel essencial nessa dimensão contraditória, como demonstrado no primeiro capítulo do livro. Marx revela como há um duplo externalizado dentro da mercadoria, representado pelo valor de uso e pelo valor de troca. No terceiro capítulo, esse duplo se externaliza, com a mercadoria personificando o valor de uso e o dinheiro personificando o valor.

Marx (1986) não apresenta a circulação como parte do capital, mas também revela o duplo caráter do dinheiro, que atua como mercadoria circulante e como equivalente. O valor estrutura a acumulação primitiva e a produção das reproduções fetichistas das mercadorias. No quarto capítulo de "O Capital", Marx (1986) explora a mobilidade do trabalho, que se manifesta como trabalho forma-mercadoria-dinheiro. Essa mobilidade se externaliza na circulação, no mercado e nas mercadorias, dissociando-se do valor. Essa dissociação, juntamente com o duplo contraditório do valor, em que o valor de uso serve como substrato de valor, faz com que a mercadoria sem valor adquira um caráter fictício.

Marx (1986) explora como a mercadoria, por meio de seu valor de uso, possui valor de troca para expressar seu valor em outra mercadoria. O valor de troca permite que uma mercadoria empreste seu corpo para determinar o valor em troca por outra mercadoria. Enquanto o valor de uso é essencial para satisfazer necessidades, a mercadoria não pode ser realizada se não ocorrer sua venda no mercado. A realização do valor pela mercadoria dinheiro torna o valor de uso quase insignificante, pois sua utilidade está apenas na realização do valor. Essa relação reproduz a mercadoria dinheiro no processo de produção do capital, externalizando um dos momentos da mercadoria para a mercadoria dinheiro.

Marx (1986) demonstra como o valor de uso e o valor são dois momentos contraditórios da mercadoria. Enquanto a mercadoria revela a negatividade do dinheiro pelo valor, ela se apresenta como uma figura de satisfação pelo valor de uso. O valor de uso parece concreto e sensível, enquanto o valor é produzido pelo trabalho. Essa concepção faz com que o valor de uso seja erroneamente percebido como o problema, enquanto na verdade é na transformação em mercadoria, como a força de trabalho, que reside o verdadeiro problema.

Marx (1986) não reconhece a circulação como capital, e não considera a proletarização, a circulação da mercadoria dinheiro, como parte do capital. Ele também não percebe como o fetichismo da mercadoria dinheiro pode transformar o dinheiro em

capital, um capital desprovido de valor e trabalho vivo, que se autonomiza através de perfis fictícios, como juros e dívidas.

Essa inversão na produção do capital, em que o valor de uso parece produzir valor através da troca de excedentes, evidencia a autonomização da mercadoria dinheiro. Na circulação do capital, a mercadoria dinheiro não é apenas um meio, mas é investida na forma dinheiro-dinheiro. Em vez da simples troca de mercadorias (M-D-M), ocorre a circulação do capital (D-M-D’), em que a mercadoria é utilizada como meio para gerar mais mercadoria dinheiro e, consequentemente, mais dinheiro. Essa dinâmica ressalta como a produção capitalista se reproduz apenas do valor e do capital através de um ciclo contínuo de acumulação.

Marx (1986) destaca a acumulação primitiva no sistema colonial, revelando a dualidade do trabalho humano e sua capacidade singular de gerar capital. Contudo, a noção de que o valor de uso é inerente e sua conversão em mercadoria força de trabalho é problemática. Embora mercadoria e dinheiro possam parecer distintos, na realidade essa percepção é resultado do fetichismo, uma construção social de pensamento.

No livro "O Capital", Marx (1986) explora as figuras fetichistas nos primeiros 25 capítulos, discutindo a mercadoria do capital e sua produção como forma, conforme exposto no 1° capítulo. Através da análise da forma da mercadoria do capital, ele examina a produção, a forma mercadoria e o trabalho como relação social. As relações de venda da força de trabalho resultam na generalização de um modo de vida baseado no trabalho abstrato. A produção e reprodução do capital ocorrem pela forma dinheiro externalizada pela mercadoria, e pela forma da mercadoria força do trabalho.

O fetichismo do capital é o processo de reprodução da mercadoria dinheiro, por meio de uma estrutura dialética que apresenta seu caráter contraditório na produção e circulação, das reproduções fetichistas das mercadorias. A mobilidade do trabalho é um aspecto desse trabalho abstrato. A mercadoria dinheiro externaliza o valor como mercadoria dinheiro, dissociando o valor do trabalho, que é a medida das relações sociais. A mais-valia é o valor que produz mais valor, resultando em rentabilidade e lucro. Essa equação na forma dinheiro conduz à mercadoria do dinheiro como capital e à forma da mercadoria como meio de circulação.

Gaudemar (1977) explora a mobilidade do trabalho como uma síntese diante de um padrão de vida singular, centrado no trabalho e influenciado pela industrialização e modernização dos espaços através da territorialização do capital.

Ao analisar a crise do trabalho, o autor, em consonância com um viés marxista crítico de 1968, ilustra como a imposição da mobilidade do trabalho aos expropriados formaliza a mão de obra móvel como única opção de vida através das relações mercantis. Gaudemar (1977) salienta a negatividade dessas relações mercantis. Os expropriados para a produção são centralizados e globalizados pelo processo de modernização, mesmo que de maneira contraditória.

Essa dinâmica de poder e expropriação, desde as formas de reprodução até o condicionamento da mobilidade do trabalho e sua realização violenta, está internalizada nas formas históricas de sociedade. No Brasil, onde as condições de vida estão globalizadas e as relações sociais são monetarizadas no centro urbano, a mercadoria do capital é generalizada.

Desde as relações coloniais e o monopólio da violência até a reprodução das relações sociais no Brasil e a acumulação primitiva, a autonomização do capital no meio rural das populações tradicionais ocorria através das relações regionais, pelo regionalismo. Como Leite (2014) coloca, "essa peculiaridade das relações sociais de produção foi caracterizada pela falta de aparência de autonomia entre o monopólio da terra, o do capital e o do emprego da violência".

“No momento ‘regional’, a produção de mercadorias persistiu no seu papel de determinação da forma da sociabilidade, embora seu sentido estivesse atrelado à crise do antigo sistema colonial. O sentido da acumulação regional era, pois, promover "o processo de autonomização das categorias da relação-capital". Cabe sugerir, por fim, que a consolidação do Estado no Brasil foi determinada especialmente pela formação da superpopulação relativa em São Paulo, onde as políticas de colonização sistemática já atuavam em busca da constituição das bases para a realização da acumulação capitalista. Não à toa, a partir de então, São Paulo enceta o primeiro processo conjugado de industrialização e urbanização. Entretanto, nesse momento, o mercado de trabalho ainda não estava completamente estabelecido em nível nacional, o que significava que a "dimensão política" ainda atua "fechando" as regiões. A abertura forçada destas contou, a partir de 1930, com a atuação do Estado autonomizado das oligarquias regionais, ou seja, contou com a intervenção de um Estado em modernização retardatária (Kurz 2004) pelo menos até o final da década de 1970, alcançando quase que o término do regime militar.” (Leite, 2014).

Considerando esse processo de modernização, é inevitável abordar essa categoria sem cair em um romantismo tradicional. Isso nos leva a compreender tanto o período de mudanças nos modos de vida das comunidades tradicionais quanto o momento de transformação e empobrecimento das formações e estruturas das comunidades rurais. A produção do capital contemporâneo se desenvolve através do capital fictício, com a

centralidade da mobilização do trabalho nos espaços nacionais, enquanto a urbanização gera novos padrões regionais.

* 1. ​Os estudos de comunidades rurais no Brasil

Os estudos sobre comunidades tradicionais exploram as relações de produção presentes entre os pescadores tradicionais e o contexto do surgimento do capitalismo comercial, impulsionado pelo sistema colonial, que deu origem a uma sociedade rural no Brasil, onde esses pescadores estão inseridos. Nesse contexto, a pesca artesanal é permeada pela lógica exploratória do sistema capitalista, que atravessa as formas do sistema colonial, como também o campesinato. Apesar das comunidades tradicionais terem acesso aos meios de produção para os meios de subsistência, a deterioração dos termos de troca, da transformação dessa vida rural, para a única forma do cotidiano urbano, das relações monetarizadas. Essa metamorfose evidencia a complexa relação entre as mudanças socioeconômicas e a transformação dos modos de vida dos pescadores artesanais, afetados pelas dinâmicas do sistema capitalista.

Como parte do processo de modernização do capitalismo, os geógrafos adotam uma abordagem descritiva para analisar o modo de vida dessas comunidades, que baseiam suas atividades na subsistência. A população rural, incluindo os camponeses, está integrada nesses arranjos de produção e consumo de seus próprios recursos. Desse contexto, surge o campesinato, com os camponeses oriundos dessa tradição (Leite, 2015).

Essa análise descritiva aborda aspectos específicos, como a organização dos bairros rurais dentro de uma dinâmica territorial determinada e o acesso à terra, mesmo que sob domínio (Leite, 2015).

As comunidades tradicionais parte das relações de mudanças na dinâmica de troca. Isso destaca como essas transformações nos meios de vida também influenciam as estruturas familiares e o sistema patriarcal. No período em que o bairro rural revela o ritmo predatório de construção, desde a formação até a chegada do cotidiano urbano; o bairro surge como resultado de uma rede de relações sociais, um espaço relacional moldado pelas interações sociais, que refletem diretamente na produção do espaço da propriedade, do Estado e do capitalismo.

Na estrutura da formação do estado brasileiro, que promove a transição do modo de vida tradicional ao capitalismo e seu projeto de urbanização, os autores destacam a

importância da família tradicional na organização social e cultural das comunidades rurais. Para Cândido (1964), a família desempenha um papel fundamental na transmissão de valores, costumes e tradições ao longo das gerações. O autor ressalta a relevância dos laços familiares e das relações de parentesco como elementos essenciais da vida rural, enfatizando sua influência na formação da identidade individual e coletiva dos habitantes do campo, destacando aspectos culturais. Apesar das relações comunitárias e cooperativas entre famílias e amigos, a urbanização impõe uma reconfiguração espacial. No entanto, os bairros rurais e a população camponesa, embora enraizados na tradição, ainda dependem do trabalho com a natureza para garantir sua subsistência. Assim, esses bairros rurais preservam uma reprodução histórica centrada em práticas de vida associadas à população tradicional, visando sua sobrevivência.

A questão reside na concepção do gênero de vida, delineado pela geografia francesa quase como uma entidade distinta do capitalismo, conforme ressaltado por Cândido (1964). Ele apresenta um modelo capitalista de trabalhadores assalariados, contrastando com o gênero de vida resultante de relações não estritamente capitalistas. Observa-se que, à medida que o capital se territorializa, ocorrem transformações que revelam, no cerne do gênero de vida, a reprodução do capitalismo. Assim, o gênero de vida não se configura como uma categoria oposta ou polarizada à reprodução capitalista; pelo contrário, é permeado por ela, regulado por canais de comunicação, como a extração de renda por meio de monopólios. Ao problematizar o conceito de gênero de vida, considerando o processo de modernização, Leite (2015) contribui para uma compreensão mais profunda dessa dinâmica.

Isso acaba por ordenar um território rural brasileiro em que a reforma agrária se torna uma medida emergencial, impulsionada por paradigmas, visando promover a redistribuição de terras e recursos na busca por melhorias nas condições de vida dos trabalhadores rurais, sob um discurso cínico de fomentar uma sociedade mais justa e equitativa. Como exemplo da desagregação dos parceiros, em que Cândido (1967) retrata o processo de modernização da territorialização do capital nos bairros rurais. Observa-se, no cerne do gênero de vida, a reprodução do capitalismo. Ao problematizar o que constitui um gênero de vida, considerando o processo de modernização que subverte saberes e experiências, são demonstrados padrões de territorialização do capital como abstratos e dinâmicos, com canais condutores entre os meios de produção capitalista - trabalho assalariado - e os meios de produção dos meios de subsistência.

A formação das massas de homens livres do campo dá origem às massas de desempregados, em busca de condições mínimas de vida pela sociabilidade do trabalho, migrando em busca de espaços que ofereçam meios de reprodução, como vendedores ou trabalhadores, em uma relação metabólica entre o humano e a natureza. Originadas do processo mercantil, do mercado de pessoas escravizadas, surge um processo de mobilização do trabalho, que submete as pessoas à forma mercadoria (Leite, 2015).

Havia uma população camponesa numericamente significativa, distribuída por todo o país, com modos de vida distintos e autônomos. Ao destacar que a posse de terra propõe a existência de um campesinato independente e autônomo, bem como de comunidades rurais e uma dinâmica territorial específica, por uma dimensão dualista de existência da comunidade tradicional como autônoma ou apenas tangencialmente capitalizada, mesmo sob um acesso dominado à terra, enfatiza-se a forma como esses elementos moldavam a reprodução do gênero de vida que vai se deteriorando pelos termos de trocas das forças produtivas a forma mercadoria. Revelar o processo de formação desse "tradicional" naturalizado, ontológico, dissociar as imposições desde o sistema colonial, escravista, as dinâmicas dessas comunidades tradicionais representam como os modo de produção capitalista emergem da dinâmica particular associada à terra e das oligarquias diante os planos de expansão, da forma social da produção da pobreza. No entanto, à medida que o capitalismo se autonomiza e estabelece seus padrões de territorialização, esses modos de vida vão gradativamente se modificando, integrando-se ao processo de urbanização e industrialização. Assim, compreender essa transformação nos modos de vida das comunidades rurais é fundamental para entender a mobilidade do trabalho forçada na base da formação dessas comunidades tradicionais.

Nessa perspectiva, é possível perceber que a estruturação da sociedade urbana segue uma lógica distinta da sociedade rural. No entanto, é essencial considerar as mediações que atravessam essas aparentemente diferentes realidades. Ao levar em conta essas mediações, percebemos que embora distintas em suas particularidades, ambas são sociedades produtoras de mercadorias. O individualismo metodológico, criticado por Marx (1986) por sua análise da negatividade da mediação, é o método da economia política hegemônica, questionando a metodologia de produção predominante.

As dinâmicas regionais de expansão do controle territorial, sob o domínio das elites, subordinam o trabalho nessa relação, conformando as relações sociais de produção que possibilitaram a acumulação de capital com a generalização do trabalho livre (Leite, 2010). A autora ressalta que a intervenção estatal, manifestada na Reforma

Agrária, encobre essa negatividade sob um discurso de integração e expansão industrial nacional, em áreas vulneráveis às dinâmicas de territorialização do capital e mobilidade do trabalho, apresentando-se como um processo de modernização que autonomiza as produções ultrapassadas. Destaca-se que as relações sociais de produção regionais, derivadas da escravidão e do coronelismo, influenciam a territorialização no campesinato. Diante dessas dinâmicas regionais, a intervenção estatal nas décadas de 1960 e 1970 está intrinsicamente ligada à modernização pelo processo de industrialização da formação industrial urbana do centro-sul do Brasil. Assim, com o estabelecimento e a expansão do mercado urbano, a formação regional desse campesinato evidencia as formas de reprodução do campesinato como relação social de produção da reprodução do capital, pela mobilização do trabalho, diante dos domínios inegociáveis dos meios de produção de vida (Leite, 2015).

A abstração da sociabilidade do trabalho durante o período colonial estava na vanguarda da forma mercadoria - o cerne da relação capitalista de produção - levando até mesmo à transformação de indivíduos em mercadorias, colocando-os no centro das transações comerciais. O acesso à terra, mediado por relações hegemônicas, cujo poder central residia na base da propriedade privada, sustentou por trezentos anos uma política econômica extrativista colonialista, resultando na acumulação de riquezas pela exploração do trabalho e na reprodução da população rural, incluindo o campesinato brasileiro. Essa dinâmica evidencia a crise intrínseca ao sistema capitalista.

As condições regionais que moldam a mobilização do trabalho e permeiam os modos de vida das comunidades rurais refletem um processo de modernização caracterizado pelo desenvolvimento da propriedade fundiária autonomizada, associado à formação do trabalhador assalariado.

Leite (2015) apresenta uma abordagem teórica do pensamento geográfico, observando que muitas vezes este é reduzido a uma mera identidade individual, com a lógica pressuposta de forma antropológica, sem considerar seu processo de formação e desenvolvimento contraditório. Além disso, destaca que a categoria do trabalho frequentemente é tratada como se não tivesse um processo histórico de constituição ou autonomização. Na formação da sociabilidade do trabalho, os estudos de comunidades são "fundamentados preciosamente naquele mecanismo, ou procedimentos de redução das relações sociais a formas vazias, em termos de nexos e conteúdos" (Leite, 2015).

# A PESCA E O BAIRRO DA VILA VELHA

O município da Ilha de Itamaracá está localizado na Região Metropolitana do Recife (RMR), com 27.076 habitantes e uma área territorial de 66,15 km². Geomorfologicamente, situa-se como uma ilha na extrema costa litorânea norte do estado, na fronteira entre Pernambuco e Paraíba3. Como zona costeira, integra-se a um ecossistema de Mata Atlântica, com praias, manguezais e estuários, conectado ao continente a oeste pela Ponte Getúlio Vargas, sobre o canal de Santa Cruz, que separa a cidade de Itamaracá da cidade de Itapissuma.

A cidade, situada em um bioma de Mata Atlântica, banhada pelo Oceano Atlântico e com acesso a fontes de água doce e solo fértil, enfrenta os desafios decorrentes da crise na produção capitalista. Essa crise se manifesta na exploração descontrolada dos recursos marinhos do Oceano Atlântico e da Mata Atlântica, bem como dos recursos tropicais disponíveis na região.

A história de Itamaracá remonta à invasão dos colonizadores, com registros datando desde 1526, quando foi ocupada como uma das cidades-sede das capitanias hereditárias, uma capitania que perdurou por mais de dois séculos4. Estas capitanias foram estabelecidas dentro da lógica de monopólios da metrópole, visando à exploração econômica e ao controle territorial. Devido aos acessos marítimos pelo Oceano Atlântico e ao canal de Santa Cruz, Itamaracá era valorizada como uma localização estratégica militar pelos portugueses5.

Essa estrutura narrativa revela a formação do litoral nordestino brasileiro, marcada por ataques e guerrilhas que evidenciaram a resistência dos povos originários contra os invasores europeus. O nome "Itamaracá" transmite significados sobre os ocupantes originais desse território, derivado da língua Tupi, combinando os termos "itá" (que significa "pedra") e "mbara'ká" (que se refere a "chocalho"), interpretado como "pedra que canta".

3 Dados demográficos da cidade de Ilha de Itamaracá em 2024. Disponível em: <https://shre.ink/8qvT>. Acesso em: 07 fev. 2024.

4 “Em 1526, no local hoje conhecido por Vila Velha, à margem esquerda do canal de Santa Cruz, já eram celebradas missas na igreja de Nossa Senhora da Conceição, pelo padre Francisco Garcia. Em 1530 a povoação já contava com mais de 100 habitações e uma Casa de Misericórdia. A Capitania de Itamaracá, mais antiga que a de Pernambuco, foi criada em 1° de setembro de 1534, quando D. João III passou, em Évora, uma carta de doação em favor de Pero Lopes de Souza. Compreendia um lote com 30 léguas de costa e estendia-se da baía da Traição (Paraíba) a Igarassu, incluindo a ilha de Itamaracá. O Foral, pelo qual o rei estabelecia uma série de direitos e obrigações para os donatários, foi expedido em 06 de outubro de 1534”. Disponível em: <https://shre.ink/8qvH>. Acesso em: 16 fev. 2024.

5 Sobre a história do bairro da Vila Velha, cf. “Nos fragmentados degraus do tempo por uma história e memória do patrimônio de Vila Velha de Itamaracá”. Disponível em: <https://shre.ink/8qCP>. Acesso em: 22 fev. 2024.

Itamaracá, além de estar situada em uma ilha, tem suas raízes na pesca artesanal, que remonta às práticas tradicionais das comunidades pesqueiras locais há várias gerações.

Os membros da comunidade pesqueira de Itamaracá, especialmente aqueles do bairro da Vila Velha, enfrentam desafios significativos ao se integrarem à sociedade do trabalho. Eles descrevem as particularidades de suas vidas, que incluem a poluição dos recursos naturais, a degradação dos manguezais e da costa litorânea, além da concorrência e especulação na produção, que frequentemente resulta em uma representação fictícia do capital.

A falta de integração na pesca artesanal, apesar do acesso aos meios de produção, é atribuída ao ritmo de produtividade da pesca, que muitas vezes não consegue gerar renda suficiente para garantir a subsistência na contemporaneidade. Em Itamaracá, homens, mulheres e crianças estão constantemente envolvidos em uma série de atividades, desde o trabalho doméstico até a pesca e o preparo dos pescados para a comercialização, operando em um contexto de informalidade. Essa realidade resulta em jornadas de trabalho prolongadas, em um ambiente onde as estruturas de trabalho são precárias, desvalorizadas e mal remuneradas. A preservação dos meios de subsistência costeiros, como os manguezais, é crucial para os pescadores artesanais, que dependem desses ambientes para sua renda. No entanto, a destruição desses territórios pesqueiros os expõe a crises ambientais e ameaça seus meios de vida.

Itamaracá está inserida no planejamento urbano da Região Metropolitana de Recife (RMR) e possui um forte foco no turismo e no patrimônio histórico, apesar de enfrentar desafios socioeconômicos em seus bairros e comunidades. Em 2008, a Área de Proteção Ambiental (APA) de Santa Cruz designou todo o território da cidade como uma unidade de conservação (UC), conhecida como a unidade de conservação de Santa Cruz. Esta unidade de conservação abrange seis reservas ecológicas (São João, Amparo, Macaxeira, Santa Cruz, Jaguaribe e Sossego), conforme estabelecido pela Lei estadual nº 13.539.

A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável, cujo principal objetivo é conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais. Esta UC foi estabelecida por meio do Decreto Estadual nº 32.488, datado de 17 de outubro de 2008. Em 2018, a APA de Santa Cruz completou 10 anos de existência. A Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) é responsável pela execução da Política Estadual de Meio Ambiente em

Pernambuco. Entre suas atribuições, inclui-se a criação e implementação de Unidades de Conservação da Natureza em âmbito estadual. A APA de Santa Cruz conta com um Conselho Gestor composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, uma equipe de gestão local e uma Sede Administrativa localizada na Ilha de Itamaracá. Além disso, possui um Plano de Manejo que orienta as ações de conservação em seus cerca de 39 mil hectares6.

No contexto da urbanização, resquícios das antigas casas, costumes e cultura persistem, mesmo em uma era pós-moderna. A comunidade tradicional, revela os costumes da simplicidade, de laços comunitários, dos costumes e das práticas dos meios de subsistência, como também os conflitos herdados da urbanização, dos problemas de integração dos serviços e acessos através das relações de urbanização, do cotidiano urbano, da migração pela busca de condições mínimas de vida, pela escassez no bairro, em medida do município, a busca por qualidade de serviços, saúde, lazer ou educação revela a precariedade e estado da manutenção do Estado símbolo de progresso e bem estar social. Além das consequências da poluição e do extrativismo predatório.

Em Itamaracá, o mercado informal predomina, impulsionado pela extração de renda do turismo predatório, além das atividades comerciais em estabelecimentos locais. Muitas famílias dependem de programas de subsídios governamentais para sua subsistência, uma vez que as oportunidades de emprego formal na cidade são limitadas. Isso resulta em uma considerável mobilidade urbana, com moradores buscando oportunidades de trabalho assalariado em outras cidades.

Dessa forma, a urbanização da cidade foi impulsionada pelo turismo e pela especulação imobiliária7. O litoral norte desempenha um papel crucial na atração populacional, com pessoas buscando as praias das cidades da região metropolitana de Recife (RMR). O turismo e os eventos festivos desempenham um papel significativo na economia da cidade, especialmente durante os anos 80, resultando na acumulação de

6 A cartilha demostra as relações de sustentabilidade da cidade em detrimento a (APA) de Santa Cruz e (UC) <https://www.institutosiades.org.br/pdf/APA_STA_CRUZ_ON-LINE.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.

7 Para mais aprofundamento sobre a cidade de Itamaracá e da especulação imobiliária: Uma dissertação em Geografia no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE em 2001. “A difusão do turismo de segunda residência nas paisagens insulares: um estudo sobre o litoral sul da Ilha de Itamaracá-PE”. Disponível em: [https://www.ufpb.br/geef/contents/documentos/dissertacao-lenilton-turismo-de-segunda-residencia-na-ilh](https://www.ufpb.br/geef/contents/documentos/dissertacao-lenilton-turismo-de-segunda-residencia-na-ilha-de-itamaraca-pe.pdf) [a-de-itamaraca-pe.pdf](https://www.ufpb.br/geef/contents/documentos/dissertacao-lenilton-turismo-de-segunda-residencia-na-ilha-de-itamaraca-pe.pdf). Acesso em: 07 fev. 2024.

renda para a população local, com os moradores se beneficiando principalmente durante feriados e datas comemorativas8.

Do ponto de vista da atividade pesqueira em Itamaracá, as mudanças nesse processo de modernização transformaram a pesca artesanal e os pescadores artesanais em atividades reguladas e administradas pelo Estado, representado pela Marinha9.

A instalação da colônia de pescadores, antes um local de encontro e produção artesanal, agora se tornou um centro administrativo e comercial no bairro do Pilar, à beira-mar. Essa transformação contraditória da colônia de pescadores reflete o conflito entre seu simbolismo de autonomia e os interesses institucionais.

Por conta dessa relação de turismo e pesca artesanal a cidade enfrenta relações conflituosas de preservação ambiental10 e segurança alimentar na pesca artesanal11.

Os pescadores relatam mudanças significativas na atividade pesqueira, como a transição dos artesanatos e materiais de pesca, que antes eram elaborados manualmente nas caiçaras, para a compra em centros comerciais12. Além disso, as mudanças nas formas de obtenção dos materiais e nas condições de moradia também são evidentes. Anteriormente, os pescadores viviam nas praias, mas hoje a jurisdição da Marinha proíbe essas residências, apesar da resistência das comunidades locais, que agora só podem utilizar esses espaços para armazenar equipamentos de pesca.

O tombamento do bairro da Vila Velha como patrimônio histórico em 2019 simboliza mais do que apenas sua área territorial é um símbolo da história do sistema

8 Cf. Trabalho de conclusão de curso apresentado para a Graduação no Curso de Arquitetura e Urbanismo: “A integração entre o planejamento urbano e turismo: os impactos na ilha de Itamaracá – PE em 2018”. Disponível em: <https://shre.ink/8qCi>. Acesso em: 07 fev. 2024.

9 “(...) Como estratégia de consolidação deste organismo das forças armadas, a marinha atrelou a si os pescadores brasileiros, através da criação do sistema organizativo da categoria - colônias, federações e confederação nacional de pescadores”. CARDOSO, Eduardo S. Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia, São Paulo, 2001.

10 Notícia na plataforma governamental da prefeitura de Itamaracá, em 2018: “O (APL) é um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem. Onde o intuito do Projeto é a Consolidação de arranjo produtivo local que já está sendo desenvolvido na APA de Santa Cruz, pela Agência de Meio Ambiente (CPRH) desde novembro de 2017. Neste foi elaborado um Plano de Negócio para os APL´s de Pesca Artesanal, que terá como área piloto a comunidade de Atapuz/Goiana e do Turismo que terá a área do Forte Orange/Ilha de Itamaracá como piloto”. Disponível em: <https://shre.ink/8qCj>. Acesso em: 07 fev. 2024.

11 As mazelas da cidade diante o turismo predatório, relata uma cidade composta por residências seculares, quando estão disponíveis aos turistas. A notícia dá alusão às problemáticas desse planejamento urbano para o turismo. Disponível em: [https://ricardoantunes.com.br/itamaraca-e-5a-no-brasil-na-lista-de-cidades-com-mais-casas-vazias-do-que](https://ricardoantunes.com.br/itamaraca-e-5a-no-brasil-na-lista-de-cidades-com-mais-casas-vazias-do-que-com-moradores/)

[-com-moradores/](https://ricardoantunes.com.br/itamaraca-e-5a-no-brasil-na-lista-de-cidades-com-mais-casas-vazias-do-que-com-moradores/). Acesso em: 07 fev. 2024.

12Cf. “Aposentadoria do Pescador Artesanal”. Disponível em: <https://shre.ink/8qCS>. Acesso em: 07 fev. 2024.

colonial e reflete os acontecimentos no litoral pernambucano durante a invasão dos colonizadores13. Desde então, o bairro testemunhou os diversos regimes políticos, econômicos e culturais que moldaram a região. A formação da cidade de Itamaracá foi marcada por guerrilhas e atrocidades, incluindo o genocídio dos povos originários14.

Na Vila Velha, ocorreram massacres e a exploração dos recursos naturais da mata atlântica e do oceano atlântico pela Coroa Portuguesa15. Isso resultou na formação de monopólios, especialmente na extração e monocultura de cana-de-açúcar, em um modelo predatório que se baseava no trabalho escravo, contribuindo para a construção de um sistema econômico e político nas terras brasileiras.

Localizado na costa de Itamaracá, o bairro da Vila Velha possui um entorno de mata atlântica e uma abundância de recursos marinhos, incluindo manguezais, estuários e habitats essenciais para a reprodução de diversas espécies, como peixes, crustáceos e moluscos16. Ao longo dos anos, os pescadores locais desenvolveram formas de vida tradicionais centradas na pesca artesanal, utilizando o conhecimento das populações rurais.

Além da população do bairro rural, as relações e o processo de formação e deterioração desses bairros com a formação das cidades em decorrência da industrialização pela urbanização.

Diante dos estudos sobre os espaços do campesinato brasileiro, Maria Isaura Pereira de Queiroz, diante a formação da comunidade tradicional e o campesinato, desenvolve diante a sociologia rural. Ela retrata a comunidade tradicional, o bairro rural e como a população tradicional estava inserida em um contexto das relações sociais e econômicas atravessadas por relações de territórios e comunidade, caracterizadas por conflitos fundiários coloniais de concentração de terras, da dominação política e além da exploração econômica mas das relações de comunidade e de meios de subsistência.

13 Cf. “O bairro da Vila Velha como patrimônio histórico”. Disponível em: <https://shre.ink/8qCg>. Acesso em: 30 fev. 2024.

14 Uma síntese dos povos originários da Ilha de Itamaracá. Disponível em:

.[https://pt.wikipedia.org/wiki/Caet%C3%A9s\_(tribo)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Caet%C3%A9s_%28tribo%29). Acesso em: 07 fev. 2024.

15 “Podemos observar números de exportação significativos em 1570, com cerca de 60 engenhos de açúcar instalados por todo o Brasil, produzindo um total de 180.000 arrobas e lideradas, sobretudo, por Pernambuco, que neste ano já possuía 5 vezes mais engenhos de açúcar em relação ao sul. Mas a explosão acontece na virada do século XVI para o XVII, sofrendo em seguida uma abrupta queda na terceira década, que apesar de contar os cerca de 400 engenhos ao todo, é explicado devido ao achamento dos metais preciosos entre 1695 e 1730 em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Bahia, além da gradual evolução de outros produtos”. Disponível em: <https://shre.ink/8qC9>. Acesso em: 12 dez. 2023.

16 Um artigo de Oceanografia “Gestão ambiental: percepção ambiental e caracterização socioeconômica e cultural da comunidade de vila velha, Itamaracá - PE (Brasil)”. Aborda a comunidade tradicional pesqueira na análise ambiental sobre a sustentabilidade das atividades pesqueiras artesanais e a preservação do ambiente estuarino. Disponível em: <https://shre.ink/8qXP>. Acesso em: 07 fev. 2024.

Desde conflitos enfrentados por essa população diante do avanço do capital e da industrialização das regiões do Brasil, impulsionados pelo processo de modernização.

Do campesinato brasileiro, concentra-se nas relações de poder e estruturas sociais da formação econômica e territorial das comunidades rurais, os espaços do bairro rural, mais que organização populacional dos meios de subsistência e dos conflitos regionais mas do papel do coronelismo na dominação econômica e política desses espaços do meio rural. (Lopes, 2014; Vasconcellos, 2014). As formas de controle exercidas pelos grandes proprietários de terras sobre os trabalhadores rurais, pequenos proprietários, fazendeiros e posseiros fazem do campesinato marcada pela exploração, especialmente as particularidades na propriedade da terra, no trabalho rural e nas relações políticas.

Essa associação com a vida rústica, com uma produção além das relações capitalistas, de sensibilidade à natureza exibida pela população rural reflete um problema estrutural da naturalização dos meios rurais, das lutas de reconhecimento de terras e do espaço a marginalização das comunidades, das formas de uso dos recursos naturais para a subsistência.

O autor Antônio Cândido (1964), em seu livro “Os parceiros do Rio Bonito”, discute a vida rural brasileira e a formação dessa forma de comunidade caipira, como específico de um espaço que surge um bairro rural, de um modo de vida pela rusticidade, onde o camponeses, como a categoria do género vida do modo de vida das relações sociais agrárias do Brasil desde a formação econômica do sistema colonial, da formação dos camponeses como figura central na vida rural. Para Candido (1964), a rusticidade manifesta a vida rural, desde as formas tradicionais do trabalho, da família tradicional, por expressões autênticas da comunidade rural. Das imposições das relações de trabalho e da mercadoria, da forma da mercadoria, da força do trabalho como natural esses espaços atravessados pelos processos da expansão da urbanização e da política industrial dos centros urbanos de uma forma de vida urbana naturalizadas pela sociedade do consumo nos bairros rurais.

“Maria Isaura Pereira de Queiroz, assim como Antônio Cândido, também estudou os bairros rurais e as suas possibilidades de sobrevivência na modernidade. Ambos consideraram que estas instituições são típicas de camponeses. Contudo, se valem de definições distintas de campesinato. Se o sociólogo paulista restringiu esse conceito aos pequenos produtores que exercem uma economia fechada e que não possuem uma ligação específica com a terra, podendo estes ser pequenos proprietários, posseiros, parceiros, agregados, etc., Maria Isaura deu mais amplitude a esse conceito considerando

camponeses os produtores que, além de gozar de autonomia no trabalho, orientam sua produção primordialmente para a venda. Ou seja, neste conceito ela inclui os produtores autônomos que comercializam a produção e que não desempenham uma economia fechada. ” (Vasconcellos, 2014, p. 119).

Para o Candido (1964) a perspectiva que os camponeses como campesinato reproduz agricultura como uma relação de tradicionalismo ou valores tradicionais, por um modo de vida baseado ao descrever as relações de comunidade, as práticas dos recursos naturais e culturais dessas comunidades, enfatizando o papel do camponês como objeto de desenvolvimento desigual do espaço urbano, como mercadoria na formação da identidade tradicional brasileira, como responsável pela preservação de valores tradicionais e formas de vida rurais.

Ao introduzir o termo "caipiras", Candido (1964) retrata essa comunidade como uma sociedade rural com características únicas, baseada em vizinhança, parceria e de economia fechada; mesmo ao destacar o baixo nível de produtividade nessas comunidades rurais, resultante de um descompasso no desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista em relação às novas relações de produção pelo processo de urbanização.

Candido (1964) diante a existência do bairro rural descreve as condições precárias enfrentadas pelos camponeses, sujeitos à dominação e exploração por parte das elites locais, destacando as relações políticas regionais que formam o coronelismo e o campesinato brasileiro.

Ao descrevem uma forma de vida característica das comunidades rurais brasileiras, marcada por uma cultura rústica e das relações dos meios de subsistência, as comunidades rurais refletem as relações do latifúndio, do Estado e do capitalismo. Ao retratar como natural, os problemas da formação das comunidades rurais, como produtividade, da concorrência dos meios de produção, apresenta uma representação de autonomia mesmo que parcial dos meios de reprodução dessas comunidades. O Cândido (1964) descreve como essa relação da deterioração dos termos de troca das comunidades rurais diante a sociedade brasileira industrializada, monetarizada, pelo cotidiano urbano, de uma sociedade de consumo descreve que camponeses, anteriormente de uma relação de economia fechada, relata como a mudança no consumo do cotidiano como na integração dos rádios no campo rural brasileiro revela a desigualdade e a deterioração dos termos de troca, diante a inserção do modo de vida urbano e a desigualdade na produção pelos meios de produção dos meios de

subsistência. Em que o ritmo de desenvolvimento das forças produtivas dos meios de subsistência não são para produção mercantilista. Esse movimento dos conflitos nos meios de subsistência das comunidades tradicionais, de um movimento da migração aos centros urbanos e da necessidade de integrar ao trabalho assalariado traduz a violência sob a marginalização dos camponeses nas relações monetarizadas.

Dessa forma, a vida rural, baseada em modos tradicionais de reprodução, dá lugar a uma vida marcada pelo consumo de mercadorias industrializadas. Diante das transformações no bairro rural, a autora Seabra (2003), em sua tese de livre docência, descreve as mudanças ocorridas no bairro do Limão, localizado no interior da metrópole de São Paulo. Ela mostra a transição desde o surgimento como um bairro rural até suas interseções com a vida urbana fragmentada. Surgem, então, novos modos de uso do espaço e do tempo, moldados pela desintegração do bairro rural e sua transformação em um bairro urbano devido ao processo de urbanização industrial. Essa transformação é apresentada como um discurso positivista no planejamento urbano, que por um caráter democrático da vida urbana e do cotidiano do trabalho, reproduz a periferia dos centros urbanos e a marginalização dessa população.

Seabra (2003) explora os usos do espaço e do tempo, destacando a territorialidade produzida pelo bairro. Ela descreve os novos recortes regionais, influenciados pelas lógicas produtivas de um capital de base e pela industrialização que esvazia os meios rurais e os campos. Essas transformações do bairro o tornam um espaço relacional e social, onde emergem novas dinâmicas de reprodução do capital industrial e do processo de modernização. No processo de migração da população para os centros urbanos e o esvaziamento das áreas rurais, ocorre uma desvalorização do campo devido à industrialização e à formação dos centros urbanos, impulsionada pela especulação imobiliária e pela valorização da propriedade privada. Essa dinâmica resulta em uma produção de valorização e desvalorização dos espaços rurais. Seabra (2004) observa como a especulação urbana, aliada ao cotidiano urbano e à centralidade do trabalho nas relações sociais, influencia essa dinâmica.

No contexto do processo de modernização urbana do Brasil e das mudanças no meio rural e nas formas de reprodução das famílias, Seabra (2004) destaca uma forma específica de atuação estatal. Ela descreve o nascimento da cidade em função dessa industrialização e a transformação de um modo de vida tradicional em um modo de vida urbano, permeado pelo cotidiano do consumo de mercadorias industrializadas. Ao analisar a natureza do espaço urbano, Seabra (2004) argumenta que esse espaço é

resultado de um processo histórico, que remonta ao surgimento da cidade em função da industrialização e da urbanização. Ela compreende o modo de vida do cotidiano urbano como herdeiro de um bairro rural e do campesinato, que foram desvalorizados pela industrialização. Paralelamente, destaca-se a formação dos centros urbanos pela especulação imobiliária e a valorização das áreas privadas.

“A cidade (pré-condição para a metamorfose do capital mercantil em industrial), com seus bairros e subúrbios tem precedência histórica em relação à periferia urbana e à metrópole, são estas últimas, as configurações que confirmam a espacialidade própria do capitalismo como formação social porque traduzem, ao mesmo tempo, o fenômeno urbano por grandes contingentes, a conhecida sociedade de massas, e pela fragmentação sistêmica das formas de uso do espaço e do tempo, sempre implicadas, em rentabilidade econômica e racionalidade técnica: por exemplo, como o são as grandes estruturas funcionais do espaço (vias de trânsito rápido, metrô, grandes estádios...) que se assentam sobre os espaços históricos da velha cidade. Trata-se, como disse, de estruturas com grande homogeneidade técnica as quais se sobrepõem aos espaços históricos que permanecem residuais.” (Seabra, 2004, p. 14)

Amélia Damiani (2000) propõe reflexões sobre uma urbanização crítica a partir da perspectiva da metrópole no Brasil. Ela explora a relação entre as áreas rurais e o crescimento urbano, impulsionado pelo processo de industrialização e urbanização. Damiani destaca como esses fenômenos estão intrinsecamente ligados à modernização urbana e às suas consequências sociais, refletindo as expressões das classes sociais, do mercado e da venda da força de trabalho. A autora analisa como a modernização se manifesta no espaço urbano, com ênfase na mercantilização e na privatização. Ela argumenta que esse processo é impulsionado por um Estado moderno, que promove a produção do espaço urbano sob a lógica da propriedade privada. Damiani também sugere que a urbanização pode ser vista como uma forma de neocolonialismo, devido à sua natureza colonizadora e à sua influência na configuração das redes e fluxos urbanos.

No bairro, a atividade pesqueira é atualmente gerida pelo Estado como se fosse um mercado, evidenciando como essa estrutura está inserida em um sistema de violência e exploração,onde famílias de pescadores artesanais continuam perpetuando tradições entre gerações mesmo diante conflitos constantes do Estado sob a pesca artesanal e seus territórios.

* 1. ​A pesca artesanal e a democracia

O Brasil, devido aos seus recursos hídricos e reservatórios de água, apresenta um potencial imensurável para a produção aquícola de pescados. Os recursos hídricos

abundantes permitem que os pescadores artesanais abasteçam o mercado interno de pescados no país, os quais são consumidos internamente17.

Diante da realidade da reprodução do capital financeiro e seu perfil ficcionalizado, anteriormente a expropriação e a acumulação primitiva mobilizaram trabalhadores. Hoje, esse perfil ficcionalizado do capital ainda se reproduz por um processo mecanizado de reprodução. No contexto da crise da reprodução do capital, a pesca predatória produz toneladas de pescados para exportação e mercado interno18. O colapso da modernização e a imobilidade da mobilidade do trabalho baseada na exploração dos trabalhadores afirma a crise do capital ficcionalizado, e o problema da acumulação na financeirização.

A pesca artesanal como setor aquícola gerenciado pelo Estado revela as contradições expostas nas formas de crise do capital. O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) , diante o gerenciamento para privatização das águas em expansão do mercado, a pesca é posta aos monopólios e arrendamentos abusivos da crise financeirização. O monopólio maximiza lucros e a produção a nível da concorrência de mercados. Sob a lógica de mercado, e da busca incessante de acumulação ficcionalizada, a negatividade da reprodução alienada da exploração como mercadorias abstratas (Marx, 1986).

No cerne da crise reside precisamente o fato de que as novas forças produtivas da microeletrônica estão expulsando o trabalho e, com ele, a própria substância do capital. Com a redução cada vez maior da classe operária industrial, há uma produção cada vez menor de mais-valia real. O capital monetário migra em direção aos mercados financeiros especulativos, uma vez que os investimentos em novas fábricas se tornaram pouco rentáveis. Enquanto partes crescentes da sociedade fora da esfera produtiva empobrecem ou até mesmo caem na miséria, do outro lado ocorre apenas uma acumulação simulada do capital por meio de bolhas financeiras. Kurz (1995) explicita esse fenômeno como a financeirização, demonstra que a crise do trabalho faz com que essa dinâmica de inclusão bata no teto, a crise do trabalho é uma dinâmica negativa

17 O artigo fala da produção e mercado da pesca: “O PIB nacional gera cerca de cinco bilhões de dólares na indústria pesqueira brasileira, emprega 800 mil profissionais e gera milhões de empregos. O Brasil ocupa o 17º lugar no mundo em produção de pescado em cativeiro e o 19º em produção total de pescado (FAO, 2020)”. Disponível em: <https://portalefood.com.br/artigos/processamento-de-pescados-no-brasil/>. Acesso em: 07 fev. 2024.

18 “Estima-se que a produção global de peixes tenha chegado a cerca de 179 milhões de toneladas em 2018, equivalente a US$ 401 bilhões. Desse total, 82 milhões de toneladas, avaliadas em US$ 250 bilhões, são provenientes da aquicultura, segundo relatório o Estado da Pesca e Aquicultura Mundial 2020, elaborado pela FAO”. Disponível em: <https://shre.ink/8qXj>.Acesso em: 07 fev. 2024.

interna do processo de acumulação, a cada dia, ele expulsa um pouco, uma tendência negativa19.

Neste contexto contemporâneo, observa-se que tanto o Estado quanto o mercado estão imersos no mesmo contexto histórico, conforme evidenciado por Kurz (1995) em seu artigo sobre as quatro teses do estado moderno. Essa interconexão histórica entre o Estado e o mercado tem implicações significativas nas condições de reprodução dos pescadores artesanais, especialmente diante das demandas da industrialização e urbanização promovidas pelo capitalismo, que enfatizam a busca por produtividade por meio de avanços mecanizados. Esse contexto acaba por marginalizar os pescadores artesanais em um mercado globalizado dominado pelo capital financeiro. Diante dessa sociabilidade, não apenas a acumulação, mas principalmente a forma social, desde o dualismo do gênero vida a sua mecanização, como sujeito do trabalho.

Kurz (1995), por meio de uma abordagem crítica do valor, identifica a forma subjacente do trabalho social sob o sistema político-econômico e as formas fetichistas do capital, que exploram o trabalho pauperizado no processo de modernização. O autor destaca a fragilidade da democracia diante do determinismo histórico e aborda o momento de colapso no limite da política e do estado moderno. Em seu trabalho de 1995, Kurz descreve as funções econômicas do estado moderno em cinco níveis distintos: o nível jurídico, os problemas sociais e ecológicos, os agregados infraestruturais, o surgimento do estado enquanto empresário e as políticas protecionistas e de subsídio. Ao discutir a essência da liberdade do ser social, Kurz ressalta a democracia como uma forma de gestão das mercadorias e de conciliação, destacando a coesão entre a liberdade e a coerção.

Durante a transição de economias estatizadas para economias de mercado, surgem desafios monumentais, frequentemente resultando em expectativas não alcançadas. Esta mudança de paradigma não consegue efetivamente controlar as relações estabelecidas durante a era da economia estatizada, nem as ideologias estatais. Diante desse cenário, percebe-se a intensificação da crise estrutural do colapso da modernização. No novo modelo da economia de mercado, onde o dinheiro e a circulação econômica permanecem em constante movimento e expansão, as produções estatais continuam a reproduzir formas abstratas de mercadorias e a perpetuar a hegemonia do mercado sobre

19 Kurz, Robert. A Ascensão do Dinheiro aos Céus: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global, 1995. Disponível em: <https://shre.ink/8qXo>. Acesso em: 16 fev. 2024.

o espaço econômico. Como afirmou Kurz (1995), é o moderno sistema produtor de mercadorias e a transformação incessante do trabalho abstrato em dinheiro. Assim, o trabalho humano é hoje uma mercadoria sem valor, e o valor é gerado pela produção capitalista. Sem essa dinâmica, ocorre a pauperização do trabalho, cujo resultado é experimentado e sentido na sociedade, manifestando-se como uma era pós-moderna de escombros. O fim do processo de modernização, delineado desde os anos 80, caracteriza-se por um mundo marcado pela rolagem de dívidas, inflação de ativos e bolhas financeiras.

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), e a pesca artesanal por meio do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) integram um procedimento de identificação dos pescadores tradicionais, diante um contexto das dinâmicas territoriais, monopólios, e políticas, a gestão do territórios costeiros dentro de um modelo globalizado de competição, o desenvolvimento costeiro metamorfosear as comunidades pesqueiras, como os pescadores e pescadoras artesanais a vivenciar conflitos de acesso a áreas de pesca tradicionais e da degradação dos habitats marinhos20.

A pesca artesanal representa um gênero de vida intrinsecamente ligado a uma dinâmica territorial específica conflituosa dos meios de subsistência (Silva, 2017).

Ao transformar a pesca artesanal de uma atividade subsistente para uma comercial monopolizada, ao submeter-se ao processo de industrialização e a conflitos fundiários, subjacentes ao planejamento. Contraditoriamente, o Estado muitas vezes atribui aos pescadores artesanais a responsabilidade pela degradação do meio ambiente produtivo artesanal.

As políticas de registro e licenciamento dos pescadores artesanais, embora destinadas a proteger seus ambientes de moradia e trabalho, são frequentemente burocráticas e consomem tempo e recursos para deslocamento. Isso as torna inacessíveis para as comunidades pesqueiras mais vulneráveis, excluindo-as do processo legal e criando barreiras que perpetuam a vulnerabilidade dos espaços marinhos e dos recursos hídricos perante o mercado capitalista de produção.

A representação política dos pescadores artesanais em organizações, sindicatos ou colônias de pescadores desempenha um papel crucial como resistência aos interesses

20 A pesca profissionalizada é prevista pela Lei da Pesca como “a pescaria artesanal praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/noticias/499796-comissao-uniformiza-conceito-de-pescador-artesanal-em-leis-](https://www.camara.leg.br/noticias/499796-comissao-uniformiza-conceito-de-pescador-artesanal-em-leis-para-garantir-beneficios-previdenciarios) [para-garantir-beneficios-previdenciarios](https://www.camara.leg.br/noticias/499796-comissao-uniformiza-conceito-de-pescador-artesanal-em-leis-para-garantir-beneficios-previdenciarios). Acesso em: 22 fev. 2024.

das empresas pesqueiras ou do governo. Essas entidades defendem os interesses das comunidades pesqueiras, garantindo uma voz coletiva para lidar com questões que afetam diretamente suas atividades e seu sustento.

As condições precárias da atividade pesqueira e a monopolização dos meios de produção, como barcos, equipamentos de pesca e conservação do pescado pós-pesca, são agravantes do gerenciamento do Estado. Os conflitos sob os estoques pesqueiros devido à pesca industrial, a privatização das águas para aquicultura, além das questões de segurança trabalhista de pescadores e pescadores. Além disso, envolve a infraestrutura, acesso a serviços básicos e políticas para valorização da pesca artesanal.

Os projetos de desenvolvimento e planejamento urbano costeiro frequentemente ignoram o território das comunidades pesqueiras artesanais, levando à generalização de uma forma de socialização marcada pela centralidade da rentabilidade e do trabalho. Entretanto, com a crise iminente à reprodução das relações sociais de produção e o colapso da modernização, emerge uma progressiva descartabilidade dos próprios trabalhadores. Esse colapso da socialização através da crise do trabalho, que naturaliza a negatividade da crise do desemprego em massa, afirmando conflitos na garantia de permanência da comunidade de pescadores e pescadoras artesanais.

O Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) reflete a marginalização dessa comunidade e a valorização por meio de incentivos da indústria aquícola do país21. Ao acessar esses registros, os pescadores e pescadoras obtêm acesso aos serviços de subsídio do governo federal, garantindo benefícios como aposentadoria, auxílio-maternidade, auxílio-doença e seguro-defeso mediante pagamentos regulares.

Segundo a Lei nº 10.779, de novembro de 2003, disponível no portal da Câmara dos Deputados, o primeiro artigo estabelece o direito ao recebimento de um auxílio equivalente a um salário-mínimo durante o período de defeso. No entanto, os pescadores relatam dificuldades na obtenção dos documentos necessários e destacam a disparidade na compensação econômica22.

21 “O decreto 8425 estabelece novas regras sobre a definição de pescador artesanal para que ele possa acessar o Registro Geral da Pesca (RGP), documento que garante acesso a políticas públicas e sociais, principalmente direitos trabalhistas e previdenciários. No entanto, ao tomar essa iniciativa desconsiderando o diálogo com as comunidades pesqueiras, o Estado nega o direito à identidade desses grupos tradicionais, privando muitos de seus integrantes a acessarem esses benefícios”. Disponível em: <https://shre.ink/8qXf>. Acesso em: 11 fev. 2024.

22 “O Programa Seguro Defeso (SD) surgiu logo no início dos anos 1990, na esteira dos avanços da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Trata-se de uma extensão do Programa Seguro-Desemprego dedicada a um trabalhador específico: o pescador com perfil artesanal. E, além de estar voltado a este pescador, o SD também se encontra focado na preservação de várias espécies do ecossistema brasileiro”. Disponível em: <https://shre.ink/8qXp>. Acesso em: 09 fev. 2024.

Os pescadores e pescadoras enfrentam dificuldades burocráticas ao tentar obter o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), o que muitas vezes resulta na negação do direito dessas comunidades de ocuparem seus territórios. Para acessar os benefícios do programa Chapéu de Palha através do RGP, os pescadores artesanais devem contribuir a cada quinzena para manter o registro da atividade pesqueira, garantindo assim os benefícios trabalhistas23. No entanto, o seguro-defeso, uma política de compensação financeira do governo federal durante o período de proibição da pesca para a reprodução das espécies marinhas, tem sido criticado por sua ineficácia, já que muitos pescadores e pescadoras enfrentam dificuldades para acessar esse benefício.

Em 2015, o governo federal adotou uma postura contraditória ao promulgar o Decreto 8.425, implementando medidas que dificultam a identificação dos pescadores para acesso ao seguro-defeso24. Os pescadores relatam que as regulamentações para o cadastro na atividade pesqueira não incentivam integralmente o acesso ao Bolsa Família para os pescadores de baixa renda que recebem o benefício do Chapéu de Palha25. Isso resulta em muitos deles recebendo ambos os benefícios anualmente, enquanto outros preferem não se cadastrar no Chapéu de Palha para continuar recebendo integralmente o Bolsa Família. Além disso, os recurso do programa do Chapéu de Palha são pagos unicamente nos meses de inverno26.

Os pescadores e pescadoras observam que muitos jovens estão se afastando da pesca artesanal devido à desvalorização das relações monetárias associadas a essa atividade. A abundância de peixes, que já foi uma realidade, está diminuindo devido à

23 “Para efetuar o cadastro, é necessário apresentar um dos documentos para comprovação da atividade pesqueira: RGP novo digital impresso; carteira de RGP antiga; protocolo de manutenção da atividade pesqueira expedido/ validado anualmente pela SFA/MAPA ou protocolo físico de solicitação de registro inicial para licença de pescador. (...) Além do documento de comprovação da atividade pesqueira, é imprescindível ser maior de 18 anos no ato do cadastramento e apresentar os seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante do PIS/Número de Identificação Social – NIS (Cartão Cidadão ou Extrato de benefícios emitido pela Caixa Econômica Federal); Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Carteira Digital de Trabalho; comprovante de residência (dentro do período de 06 meses anteriores ao período do cadastramento)”. Disponível em: <https://shre.ink/8qXB>. Acesso em: 07 fev. 2024.

24 “O Chapéu de Palha é uma política pública coordenada pela Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (SEPLAG), que oferece apoio à trabalhadora e ao trabalhador rural no período da entressafra, e aos pescadores e pescadoras artesanais no período de defeso, mediante o pagamento de um benefício. Em 2021, segundo o Governo do Estado, o programa beneficiou 41.487 trabalhadores, entre eles, 4.337 da pesca artesanal”. Disponível em: <https://shre.ink/8qX2>. Acesso em: 09 fev. 2024.

25 Para maior aprofundamento sobre os impactos do programa federal Bolsa Família no bairro da Vila Velha acessar o artigo: “O impacto das políticas públicas sobre as práticas tradicionais dos pescadores da ilha de Itamaracá-PE: o caso do bolsa família nas comunidades de Jaguaribe e Pilar”. Disponível em: <https://shre.ink/8qZ4>. Acesso em: 07 fev. 2024.

26 “Caso a família cadastrada venha a se beneficiar, durante a execução do Programa Chapéu de Palha, do Programa Bolsa Família, deverá haver a adequação do valor da sua bolsa, de modo que não se possa receber, pelos Programas, em conjunto, valor superior a R$ 190,00 (cento e noventa reais)”. Disponível em: <https://shre.ink/8qXH>. Acesso em: 09 fev. 2024.

especulação em torno do pescado. Além disso, os conflitos decorrentes da especulação imobiliária estão causando impactos irreversíveis na vida dos pescadores tradicionais.

Ao retrato do derramamento de petróleo (hidrocarbonetos) ocorrido no ano de 2019, que causou a intoxicação dos oceanos e da vida marinha, afetando drasticamente os pescadores e pescadoras de maneira irreversível27. Como resultado da exploração dos recursos e da marginalização das comunidades tradicionais pesqueiras.

A discriminação do pescado local, intoxicado pelos hidrocarbonetos e, portanto, uma questão de saúde pública para os consumidores, desencadeou conflitos nas famílias pescadoras, desde a extração de renda familiar até as lutas contra a intoxicação causada pelo petróleo durante as atividades de limpeza das praias, realizadas por voluntários, moradores, pescadores e pescadoras. O derramamento de petróleo afetou diretamente as fontes de renda das famílias pescadoras.

A poluição dos oceanos e a degradação dos ecossistemas marinhos comprometem a viabilidade da pesca artesanal, reduzindo a disponibilidade de recursos e afetando a saúde dos pescadores, além de comprometer a segurança alimentar das comunidades.

As mudanças no mercado de trabalho refletem as condições mínimas garantidas pelo Estado moderno de direito. Essas mudanças incluem a generalização de formas precárias de socialização, como o aumento do trabalho informal, precário e terceirizado. Isso se reflete nos rebaixamentos dos salários, nas condições de trabalho precárias, na insegurança laboral e no acúmulo de funções, resultando em vulnerabilidades estruturais. Essas formas precárias de trabalho afetam tanto os desempregados quanto aqueles em regime de CLT, sujeitando-os às vulnerabilidades das condições atuais.

Apresentada como a única via de integração social, a venda da força de trabalho como mercadoria, mobilizada pelos fetiches do capital, perpetua a reprodução. Essa reprodução da mercadoria cria um trabalho desvalorizado, consolidando a relação entre mercadoria e dinheiro pelo consumo, o que resulta na pauperização do trabalho abstrato e nas suas relações sociais como proletariado e consumidor (Abílio, 2012).

Dessa "morte" do trabalho, pela dispensabilidade da força de trabalho humana e do valor, emerge a domesticação dos corpos no sistema capitalista, gerando um aumento significativo do desemprego. Uma sociedade marcada pela precarização do trabalho

27 “O petróleo parou de chegar. A areia nas praias ao menos parece limpa. O impacto no setor hoteleiro tende a ser reduzido. Mas a população que vive nessas áreas, especialmente os que dependem da pesca, já vivem situação crítica. Sem conseguir vender o pescado, as famílias - e comunidades - viram seus rendimentos sumirem, levando muitos a se alimentarem daquilo que pescam, esteja contaminado ou não. ” Disponível em: <https://shre.ink/8qZw>. Acesso em: 07 fev. 2024.

revela um sujeito sem valor, mas ainda inserido na sociedade do trabalho. A descartabilidade do trabalho surge tanto do micro, como a descartabilidade do indivíduo, quanto do macro, da política (Grupo Krisis, 2003).

“A simulação estatal de trabalho é, por princípio, violenta e repressiva. Ela significa a manutenção da vontade de domínio incondicional do deus-trabalho, com todos os meios disponíveis, mesmo após sua morte. Este fanatismo burocrático de trabalho não deixa em paz nem os que caíram fora – os sem-trabalho e sem-chances – nem todos aqueles que com boas razões rejeitam o trabalho, nos seus já horrivelmente apertados nichos do demolido Estado Social. Eles são arrastados para os holofotes do interrogatório estatal por assistentes sociais e agenciadoras do trabalho e são obrigados a prestar uma reverência pública perante o trono do cadáver-rei” (Grupo Krisis, 2003).

Essa reprodução das crises do capital revela múltiplas camadas. A mobilidade do trabalho em crise é resultante do desenvolvimento das forças produtivas, alterando as condições de sobrevivência e expulsando os trabalhadores. Paralelamente, o mundo produz cada vez mais rapidamente devido à mecanização das forças produtivas. Surge então a crise do trabalho e a crise ambiental, onde a sensibilidade na produção é abandonada, levando à destruição da terra fértil e da água doce. Esse modelo de produção, mercado e concorrência acaba por expulsar o trabalho. Sem trabalhadores, não há trabalho, sem trabalho não há acumulação de capital e, consequentemente, o capital, pela acumulação, expulsa o próprio trabalho, resultando na reprodução do capital financeiro. Assim, a crise se revela como a objeção final da produção do capital.

Abílio (2012) evidencia o mundo do trabalho precarizado em um contexto contemporâneo, onde a ficcionalização do capital totaliza as relações particulares, transformando-as em condições abstratas e minimizando as condições de trabalho de forma generalizada.

No trabalho de campo realizado no bairro da Vila Velha, o empreendedorismo surge como solução para a crise da falta de renda mínima, seja devido à informalidade, dificuldades jurídicas ou desvalorização dos pescados. Nesse contexto, os pescadores e pescadoras enfrentam condições mínimas de trabalho informal e precário, em meio à crise do trabalho (Grupo Krisis, 2003).

Ao observar o cotidiano urbano da Ilha, percebem-se as formas precárias de reprodução da vida, evidenciando uma cidade colapsada na era pós-moderna da modernidade em ruínas, onde estatísticas apontam para a precarização das formas de socialização, do desemprego, ao feminicídio, passando pelo encarceramento.

A cidade de Ilha de Itamaracá, inserida na dinâmica de reprodução e gestão estatal, reflete uma mundialização de cunho militarizado. A periferização evidencia os

mecanismos de confinamento dentro das estruturas territoriais de reprodução do trabalho28.

O colapso da modernização e a crise do trabalho no contexto urbano representam um Estado moderno que negligencia seu papel no desenvolvimento do bem-estar, resultando na generalização da reprodução da periferia. O ensaio "A Fratura Brasileira do Mundo" destaca claramente esse fenômeno. O termo "Brasilianização" ilustra a territorialização no Brasil como uma síntese desse processo de socialização do trabalho, refletindo o que ocorre em países subdesenvolvidos, tornando-se uma prática global. "Como controlar os pobres sem mudar a sociedade? Esse é o exemplo do Brasil". O poder político central, não apenas o executivo, reestrutura o estado, originalmente garantidor de direitos, substituindo-o pelo uso da força29.

As experiências diárias de expropriação sob um perfil policial, onde a segurança nacional (Arantes, 2014)30 desempenha um papel crucial. A forma de controle da gestão populacional durante essas crises humanitárias permite que o capitalismo reafirme sua presença através da guerra e perpetue sua reprodução. No Brasil, as crises humanitárias, influenciadas pelo perfil de um estado penal, contribuem para o aumento da população em situação de rua, da fome e das mortes das minorias sociais de forma massiva e constante.

28 A periferização, no bairro do Jordão, na região metropolitana de Recife (RMR), exposta no trabalho de monografia explora as condições de trabalho da população jovem das periferias: “E jovens de até trinta anos que estão experimentando o mundo do trabalho em sua crise, ligados diretamente à informalidade ou sucessivos contratos de trabalhos temporários. Esses jovens exercem a função de entregadores e ou motoristas de aplicativo, comércio, cambistas, serviçais, em algum ramo de trabalho da indústria da construção civil, dentre outros, subordinados ao autogerenciamento dos seus meios de vida no urbano. ” (Freitas, 2023).

29 Arantes lançou em livro um ensaio publicado no início dos anos 2000, "A Fratura Brasileira do Mundo" (editora 34), que trata do debate sobre a brasilianização dos países desenvolvidos. Na conversa, o autor falou sobre a evolução dessa ideia, que expressa a piora das condições econômicas e sociais do capitalismo central, que se tornaria mais parecido com o Brasil. Disponível em: <https://shre.ink/8qZR>. Acesso em: 10 fev. 2024.

30 Sobre a forma armada de controle em zonas de contenção: “É que agora o ‘trabalho social’ passou igualmente a pavimentar o caminho americano para a guerra permanente: ‘social work with guns’, na fórmula de Andrew Bacevich, quem primeiro destacou estas fantasias de governança militar em que a guerra está se instalando para ficar de vez. Guardadas as devidas proporções, qualquer semelhança com as Minustahs da vida e as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) cariocas não é casual, pois se trata igualmente de um outro continuum punitivo, como ressalta o mesmo Wacquant, ao emendar, por exemplo, o workfare no prisonfare”. (Arantes, 2014, p. 145).

# A PESCA ARTESANAL, O PATRIARCADO E O CAPITAL.

* 1. ​As marisqueiras

Diante do contexto da pesca artesanal, a pesquisa de campo realizada no bairro destaca as condições de reprodução das famílias pescadoras artesanais, com ênfase no trabalho da mariscagem. Essa atividade implica em uma rotina diária que varia conforme as marés e as condições climáticas, sendo conduzida nas proximidades dos manguezais e das costas arenosas das praias. Os pescadores empregam técnicas tradicionais de coleta e pesca, utilizando principalmente as mãos para extrair mariscos, caranguejos, ostras, sururus e outros moluscos da lama e dos manguezais, um conhecimento transmitido de geração em geração.

A coleta de mariscos geralmente ocorre durante as marés baixas, utilizando ferramentas simples, como enxadas, pás ou facas, para extrair dos bancos de lama ou das raízes dos manguezais. Esse trabalho é realizado em grupos, onde os conhecimentos e técnicas de coleta são compartilhados, promovendo cooperação e partilha dos recursos coletados, dos acessos aos manguezais, lamaçais e costões rochosos, habitats ricos em moluscos, crustáceos e outros frutos-do-mar. No entanto, a quantidade de marisco pescado muitas vezes é insuficiente para venda ou mesmo para o próprio consumo.

As relações de venda e compra dos pescados ocorrem de forma peculiar, envolvendo comunidades e familiares que oferecem os produtos a preços acessíveis. Contudo, o árduo e complexo trabalho da mariscagem, aliado à necessidade de armazenamento adequado para preservar a qualidade dos crustáceos e mariscos, revela uma contradição: embora esses produtos tenham alto valor em termos de esforço e técnica de pesca, são frequentemente desvalorizados nas revendas e comércios.

Nesse cenário, a colônia de pescadores desempenha um papel intermediário, atuando como atravessador entre os pescadores e os clientes finais, como turistas e bares. No entanto, esses atravessadores muitas vezes oferecem preços abaixo do valor de mercado, impactando negativamente na remuneração dos pescadores artesanais. Dessa forma, torna-se mais lucrativo para os pescadores venderem os pescados da mariscagem por conta própria, seja através de redes de amigos ou tentando comercializá-los diretamente.

Por séculos, a pesca na costa tem sido majoritariamente realizada por mulheres, devido a uma cultura que atribui aos homens a pesca em alto mar, enquanto as mulheres

desempenham um papel crucial na pesca, dividindo suas atividades entre o trabalho na pesca e as responsabilidades domésticas.

As mulheres ocupam frequentemente as costas litorâneas e os manguezais para realizar a mariscagem, contribuindo significativamente para a segurança alimentar, a reprodução das famílias, a geração de renda e o sustento por meio desse trabalho. Sua participação ativa na pesca artesanal da mariscagem destaca a importância da luta pela visibilidade do gênero feminino nesse setor, evidenciando suas contribuições e os desafios enfrentados no exercício dessa atividade31.

A coleta de mariscos não é simples e envolve esforço físico intenso, como escavação na lama, levantamento de pesos e transporte de materiais, o que pode resultar em fadiga muscular e sobrecarga nas articulações32. As trabalhadoras que atuam nessas áreas costeiras enfrentam condições ambientais adversas, como sol forte, calor intenso, umidade, chuva e vento, influenciadas pelas marés e condições climáticas, exigindo muitas vezes trabalho noturno ou fora dos horários convencionais. A falta de equipamentos adequados e a necessidade de improvisar ferramentas aumentam os riscos de lesões e acidentes no trabalho, além dos riscos à saúde e segurança, como cortes, arranhões, picadas de animais marinhos, exposição a produtos químicos e poluição. Adicionalmente, há o risco de desenvolvimento de lesões por esforço repetitivo devido às atividades laborais repetitivas e intensas, sujeitando as pescadoras a riscos como Lesões por Esforço Repetitivo (LER) ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), comuns em categorias de trabalhadores que realizam movimentos repetitivos e esforços físicos intensos.

Os sintomas comuns da LER/DORT incluem dor, formigamento, dormência, fraqueza muscular e rigidez nas áreas afetadas, interferindo na capacidade de trabalho das marisqueiras e afetando sua qualidade de vida. O tratamento envolve uma abordagem multidisciplinar, que inclui repouso, fisioterapia, uso de medicamentos para alívio da dor e inflamação, modificação das atividades laborais e adoção de medidas ergonômicas adequadas, podendo, em casos mais graves, requerer procedimentos cirúrgicos para corrigir danos nos tecidos afetados.

31 A realidade das estatísticas das marisqueiras: “As lutas das marisqueiras resultaram em registros nas Colônias de Pesca, Sindicatos e Associações. Assim, conseguem garantir políticas públicas que asseguram proteção social (benefícios como a aposentadoria, seguro-defeso, etc.) e ações de cuidado à saúde dessas mulheres. Mesmo com essas garantias, a luta das mulheres marisqueiras é constante para que seus direitos enquanto cidadãs sejam respeitados ou implementados de forma correta”. Disponível em: <https://memoriasdobaixosul.com.br/mundos-do-trabalho/mariscagem/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

32 “Gabinete da Presidência da República: Pelos direitos de pescadores e pescadoras: Dilma, revogue o decreto 8425”. Disponível em: <https://shre.ink/8qZS>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Além das condições físicas de trabalho, as marisqueiras enfrentam desafios socioeconômicos, como baixa renda, falta de acesso aos benefícios trabalhistas, exigindo resiliência física e mental para lidar com os rigores do trabalho na pesca artesanal. O debate sobre o gênero feminino entre as pescadoras marisqueiras e o reconhecimento como pescadoras artesanais são essenciais, assim como a abordagem das múltiplas jornadas de trabalho não remunerado, relacionadas aos trabalhos domésticos acumulados, que são características da realidade das pescadoras.

Dona Leda, uma das nossas interlocutoras nesta pesquisa, dedicou-se à mariscagem ao longo de toda a vida, totalizando mais de 30 anos de trabalho. Mesmo quando o Registro Geral da Pesca (RGP) foi instituído aos seus 50 anos, ela continuou contribuindo por mais 15 anos33. No entanto, devido à falta de 10 anos de contribuição, optou por se aposentar por idade. Em seu relato, ela expõe as condições de trabalho difíceis, destacando a pesca árdua da mariscagem como a única forma de obter renda, dada a ausência de outras oportunidades de trabalho assalariado e o acesso limitado à educação especializada na juventude34. Apesar de possuir mais de 30 anos de experiência na pesca, Dona Leda não conseguiu se aposentar como pescadora devido à falta do tempo mínimo de contribuição exigido pelo Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP).

No bairro da Vila Velha, a reprodução das famílias pescadoras revela as condições de permanência das marisqueiras nas relações de expansão do patriarcado. Elas relatam os conflitos de integração na sociedade do trabalho e a vulnerabilidade de suas famílias em um estado penal ativo e exterminador, especialmente nas condições de sociabilidade do trabalho. Essa realidade reflete a guerra do tráfico de drogas e a formação de milícias em Pernambuco. Além disso, as marisqueiras mencionam as relações armadas com o estado de confinamento, expondo não apenas elas, mas também seus familiares e toda a população, a uma realidade de violência policial em um estado militarizado.

A luta de gênero na pesca artesanal envolve desafios relacionados da relação patriarcal, desde o acesso equitativo dos recursos, à divisão do trabalho, como remuneração e condições de trabalho adequadas, além das relações violentas no ambiente doméstico e sexual. As pescadoras marisqueiras, inseridas na estrutura

33 Cartilha: “Atividades de pesca: mariscagem e pesca em mar aberto”. Disponível em: <https://shre.ink/8qZx>. Acesso em: 11 nov. 2023.

34 “Confira carta de repúdio assinada por mais de 100 organizações, associações e entidades contrárias às Medidas Provisórias 665 e 664 e ao Decreto 8425”. Disponível em: <https://shre.ink/8qZg>. Acesso em: 19 dez. 2023.

patriarcal, destacam a urgência do debate sobre a desigualdade de gênero na pesca artesanal, enfrentando desde a desigualdade e a discriminação estatais até o assédio sexual e doméstico. Apesar das vulnerabilidades estruturais ambientais e econômicas, as mulheres resistem às violências, desempenhando papéis fundamentais na pesca artesanal, como pescadoras ativas, marinheiras ou artesãs.

As marisqueiras relatam as violentas formas de reprodução do patriarcado, manifestadas na submissão sexista na forma de produção capitalista, presente também na pesca artesanal, por meio das relações de poder e das dinâmicas domésticas. Essa realidade evidencia a invisibilidade das condições mínimas de bem-estar das mulheres marisqueiras, que enfrentam a violência doméstica e do trabalho, além de serem marginalizadas pela pobreza e pela insegurança alimentar. A sociabilidade do trabalho precarizado entre as mulheres pescadoras marisqueiras revela barreiras institucionais que perpetuam a violência de gênero, enquanto lutam por direitos humanos básicos.

No bairro da Vila Velha, as marisqueiras se encontram nas estatísticas de pobreza e insegurança alimentar, enfrentando condições mínimas de bem-estar devido à violência doméstica e da sociedade do trabalho. A socialização dessas mulheres, marcada pela racialização e pela precariedade do trabalho, mantém-nas na periferização cotidiana do bairro, expostas à insegurança proporcionada pelo Estado. Elas vivenciam conflitos na busca pelo reconhecimento e acesso aos serviços que regulam seus direitos, enquanto seus corpos são instrumentalizados para a reprodução do trabalho.

* 1. ​O patriarcado nessas relações sociais dos pescadores

A maioria das mulheres, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, são marginalizadas tanto no âmbito doméstico quanto no mercado de trabalho, submetidas a relações informais devido à violência do patriarcado.

No livro "Calibã e a Bruxa", Federici (2019) propõe um projeto para o reconhecimento e remuneração do trabalho doméstico, destacando a importância dessa luta no contexto do feminismo de classes. É fundamental ressaltar como o trabalho e o salário são componentes estruturais e exploratórios da socialização do trabalho.

Federici (2019) discute a formação de uma nova divisão sexual do trabalho, ou um novo "contrato sexual", como descrito por Carol Pateman (1988), resultante da aliança entre artesãos e autoridades das cidades, juntamente com a contínua privatização da terra. Esse contrato redefine as mulheres em papéis como mães, esposas e filhas,

ocultando sua condição de trabalhadoras e concedendo aos homens livre acesso não apenas aos seus corpos, mas também ao seu trabalho e ao trabalho de seus filhos.

No sistema capitalista em desenvolvimento, centrado em um modelo fabril de socialização do trabalho, Federici (2019) destaca a instrumentalização dos corpos para a reprodução do trabalho e a construção da família como um contrato social. Dentro do sistema capitalista, a família tradicional adquire novos contornos sob a influência do fetichismo das mercadorias, que a apresenta como um objeto social neutro, categorizado meramente como coisa. As relações sociais, agora moldadas por um novo contrato social, são expostas como um contrato sexual, impulsionado pelo processo de modernização e pelos cercamentos de terras. Nesse contexto, a família é responsável pela disciplina dos corpos e pela instrumentalização das mulheres na acumulação primitiva, direcionando-as ao trabalho assalariado e transformando-as em mercadorias reprodutivas. Isso é descrito por Federici (2019) como um "caráter esquizofrênico" em seu livro "O Ponto Zero da Revolução".

No contexto do trabalho vivo, a formação da família patriarcal marcou a transição das pessoas se tornando mercadorias da força de trabalho, delineando tanto o espaço público quanto o privado de socialização. Federici (2019), em suas análises sobre a caça às bruxas, destaca como essa transformação afetou mulheres e homens do sistema feudal, confinando essa fetichização territorial da mercadoria da força de trabalho. A divisão sexual do trabalho na sociedade do trabalho assalariado restringe as mulheres ao papel do trabalho reprodutivo, depreciando-as através do rebaixamento salarial. Isso cria uma classe de mulheres proletárias que, embora tão despossuídas quanto os homens, tinham acesso limitado aos salários. Em uma sociedade cada vez mais monetizada, acabaram sendo relegadas à pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras.

Federici (2019) aponta para o paradoxo do salário dentro do padrão de sociabilidade capitalista, que reconhece sua importância, mas não o remunera adequadamente. Isso gera um conflito fundamental no capitalismo, demonstrando seu potencial revolucionário. Ela questiona o critério social do sujeito do dinheiro, destacando a luta feminista em torno dessa questão. Apesar de receberem salários, as mulheres continuam sendo vistas como donas de casa e mães, perpetuando a ideia do papel natural da mulher. A discussão sobre o salário lança luz sobre a estrutura de dominação centralizada, presente tanto nas fábricas quanto no trabalho doméstico, criado pelo capitalismo.

Scholz (1992), em seu artigo "O Valor é o Homem", demonstra como o patriarcado é o sujeito da relação por meio do fetichismo do capital e de sua dissociação do valor. Ela revela o perfil fabril e a formação pela expropriação nos cercamentos dos camponeses europeus, destacando o fetichismo da mercadoria. Nesse momento de transição do sistema feudal, a expropriação de terra resulta na acumulação primitiva por leis, levando à formação de um espaço privado. Isso é acompanhado pelo trabalho não remunerado das mulheres na reprodução da força de trabalho e pela divisão do trabalho sexual. Scholz critica a correlação entre o capitalismo e o patriarcado, rejeitando as afirmações que introduzem o problema do sexo como relação social constitutiva na crítica marxista ao patriarcado. Ela questiona a equiparação do trabalho doméstico ao trabalho assalariado, argumentando que isso levaria a uma reificação ainda maior das relações sociais na forma-valor no plano teórico.

Outras feministas fazem ressalvas a uma compreensão semelhante a marxista, argumentando que a questão do patriarcado permanece fora de consideração, ou seja, que apenas e tão-somente o antagonismo entre o trabalho assalariado e capital possui validade como referência central. A seu ver, faltaria conceder o devido lugar à problemática dos sexos como relação social constitutiva. Assim, a crítica ao patriarcado ficaria envolta numa concepção marxista antiquada e, em grande medida, a-histórica, na qual a problemática dos sexos, em última instância, reaparece forçosamente como corpo estranho, por ser apenas superficialmente introduzida.

Scholz (1992) propõe a tese de que a contradição é determinada com especificidade sexual, como postulado no artigo:

“O núcleo de minha tese é o seguinte: a contradição básica da socialização através da forma-valor, de matéria (conteúdo, natureza) e forma (valor abstrato) é determinada com especificação sexual. Todo conteúdo sensível que não é absorvido na forma abstrata do valor, a despeito de permanecer como pressuposto da reprodução social, é delegado à mulher (dimensão sensível, emotividade, etc.). No entanto, a cisão sexualmente especificada não pode ser inferida diretamente da própria forma valor. Ao invés disso, ela é numa certa medida a sombra lançada pelo valor, mas que não pode ser apreendida por intermédio do instrumental "positivo" dos conceitos formulados por Marx. As cisões de que resultam a esfera feminina, o contexto de vida feminino e o âmbito de atividades imputado às mulheres (administração do lar, educação dos filhos, "convívio social", etc.) são, portanto, elementos integrantes, por um lado, da socialização pelo valor, mas por outro, lhe são também exteriores. Como, no entanto, a cisão necessariamente faz parte do valor e com ele é posta, seria preciso criar um novo entendimento da socialização, capaz justamente de levar em conta o mecanismo patriarcal da cisão: não no sentido de um acréscimo externo, mas no de uma alteração qualitativa da própria teoria do valor, que seria assim também uma crítica do patriarcado” (Scholz, 1992, p. 3).

Entretanto, no Brasil, essa dissociação não é tão marcada pela divisão sexual do trabalho, como no sistema escravista, mas sim pela concepção da família tradicional em um contexto colonial, caracterizado por um centro social representado pela família branca organizada e uma periferia desorganizada.

A socióloga brasileira Mariza Corrêa, em seus estudos sobre gênero e família, aborda as transformações na estrutura familiar brasileira em seu livro "Repensando a Família Patriarcal Brasileira" (1990). Corrêa (1990) argumenta que a organização familiar patriarcal no Brasil destaca a diversidade de arranjos familiares presentes no país e como essas mudanças afetam as relações de poder dentro da família, refletindo dinâmicas decorrentes da urbanização, industrialização e migração interna.

No estudo "Colcha de Retalhos: Estudos sobre a Família no Brasil", busca-se compreender as formas estruturais subjacentes à reprodução das famílias brasileiras, considerando o contexto do sistema colonial e da família tradicional.

Da ontologia do trabalho, que fundamenta a estrutura social, emerge o papel central do homem como provedor da família. A família representa uma integridade tanto na esfera moral quanto na econômica, sendo valorizada não apenas como uma unidade econômica, mas também como um pilar cultural. Essa dualidade de valores, moral e econômica, cria uma ambiguidade na qual a ordem moral frequentemente se contrapõe à ordem econômica. Os valores internalizados por meio dessa perspectiva refletem uma lógica fundamentada no moralismo masculino.

# CONCLUSÃO

No bairro litorâneo da Vila Velha, emerge a crise do capital e o colapso da modernização, onde os moradores enfrentam os desdobramentos violentos e naturalizados da desigualdade social, da forma mercadoria da sociabilidade pelo padrão do confinamento. A relação das comunidades com a natureza diferenciam-se do ritmo de produção capitalista, ao reproduzir meios de produção sensível às necessidades da proteção do seu território e das condições mínimas de reprodução das famílias. No Brasil, esse espaço que surge os meios rurais reproduzem o campesinato moldado por relações de poder estruturais desde os tempos coloniais, marcado pela violência e expropriação mesmo que tangencialmente, diante um padrão de industrialização do bairro, como dos centros urbanos do país.

A crise contemporânea do trabalho manifesta-se pela autonomização das reproduções, expressando a dominação através da naturalização psíquica dos sujeitos aos produtos de um trabalho pauperizado, transformando-os em mercadorias humanas nas condições de reprodução em sociedade. Essas relações, ficcionalizada pelo desenvolvimento fantasmagórico da autonomização, revelam-se pela negatividade da mercadoria, do trabalho e das pessoas mobilizadas como mercadorias, impondo o trabalho como condição para acesso às necessidades básicas. Assim, a vida em sociedade se desenvolve em torno do trabalho, cuja crise expõe as dinâmicas sociais subjacentes.

As alterações climáticas, exacerbadas pela crise de reprodução do capitalismo, resultam na degradação dos ecossistemas marinhos e na diminuição dos recursos pesqueiros, agravando a situação de subsistência dos pescadores artesanais. Nesse cenário, a intervenção regulatória e de controle do Estado sobre a atividade pesqueira tende a favorecer políticas e normativas lucrativas em detrimento da conservação dos recursos pesqueiros e dos direitos dos pescadores artesanais.

A partir da crítica da economia política e da crítica do valor-dissociação, são consideradas referências conceituais, destacando a centralidade da mobilização do trabalho mesmo em tempos de crise, bem como os atravessamentos históricos definidos pela racialização e pela formação da sociedade baseada no consumo das mercadorias. Isso ocorre na acumulação primitiva destrutiva (reificação) e no valor de uso, subjetivação, das relações do materialismo da sociabilidade através do trabalho abstrato, com mercadorias sem valor, no contexto de um processo de modernização que autonomiza o trabalho humano.

É necessário que toda a sociedade fortaleça os laços comunitários e a solidariedade entre os pescadores artesanais, considerando as dificuldades de acesso aos serviços básicos, como saúde, educação e infraestrutura. Esses pescadores desempenham um papel crucial na economia e na cultura das comunidades costeiras, contribuindo para a segurança alimentar, a geração de renda e a preservação dos ecossistemas costeiros.

Do debate sobre a formação, a colonização e a imposição do trabalho a ela associada, da constituição da família tradicional e de uma população rural camponesa/caiçara, pudemos abordar a desigualdade e a impossibilidade de integração social, cujos desdobramentos vêm se impondo de modo violento e naturalizado. Observamos também, no contexto dessa crise, uma determinada forma de atuação estatal que não apenas deixa de garantir acesso a direitos básicos para pescadores e pescadoras artesanais, mas substitui políticas assistenciais por políticas policiais, de controle de uma população em ruínas.

Os elementos essenciais que compõem o espaço da pesca artesanal na costa litorânea do bairro da Vila Velha são marcados por uma série de conflitos, que vão desde questões de licenciamentos até insegurança alimentar, escassez de pescados, condições precárias de trabalho, expansão do patriarcado na pesca artesanal, turismo predatório e crises climáticas.

Este trabalho reflete a filosofia da consciência da condição do sujeito como mercadoria de trabalho em uma sociedade em crise. Não se trata apenas de dados quantitativos, mas de observações do cotidiano, de pessoas que sofrem e até morrem devido à falta de recursos, privadas do direito à vida. Vivenciamos o colapso da democracia, o cerne da tragédia deste trabalho de conclusão de curso, que aborda a terrível crise na vida cotidiana dos pescadores e pescadoras artesanais no bairro da Vila Velha. Da geografia a uma visão desta sociedade, o trabalho escrito resulta de perdas e da memória de quem somos, alimentando a pesquisa, por mais cruel que seja, sobre a mediação da sociedade frente aos desafios na crise do trabalho.

# REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo. "Mesmo sem projeto, Lula terá sucesso se frear extrema direita". Folha de São Paulo, Ilustríssima, 2023. Disponível em: <<https://shre.ink/8qzT>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ARANTES, Paulo. Zonas de Espera. Blog da Boitempo, 2014. Disponível em:

<<https://shre.ink/8qz1>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ASSIS, Lenilton Francisco de. A difusão do turismo de segunda residência nas paisagens insulares: um estudo sobre o litoral sul da ilha de Itamaracá-PE. Dissertação (Mestrado em Centro de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2001. Disponível em:

<<https://shre.ink/8qRP>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

ANTUNES, Ricardo. Itamaracá é 5ª no Brasil na lista de cidades com mais casas vazias do que com moradores. Disponível em: <<https://shre.ink/8qR6>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

ALVES, P.; MARKMAN, L. Mar vai 'engolir' Recife? Entenda por que cidade é a capital brasileira mais ameaçada pelas mudanças climáticas. G1 Pernambuco e TV Globo, 2021. Disponível em: <<https://shre.ink/8qRJ>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM. Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco. Recife: CEHM, 2006. v. 3. Disponível em:

<<https://shre.ink/8qRw>>. Acesso em: 16 fev. 2024.

"Aposentadoria do Pescador Artesanal". Jus Brasil, 2019. Disponível em:

<<https://shre.ink/8qRE>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

BRASIL DE FATO. Sem renda, pescadores se queixam de fome. 2019. Disponível em:

<<https://shre.ink/8qRR>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Consumo e tipos de peixes no Brasil. Disponível em: <<https://shre.ink/8qRF>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 37, p. 5-16, maio, 1981.

COSTHEK ABÍLIO, Ludmila. Sem maquiagem. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2012.

CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

CARDOSO, Eduardo S. Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia, São Paulo, 2001.

"Chapéu de Palha inicia cadastramento de trabalhadores da pesca artesanal em 48 municípios a partir de segunda-feira, 20". Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento de Pernambuco, 2022. Disponível em: <<https://shre.ink/8qRu>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão uniformiza conceito de pescador artesanal em leis para garantir benefícios previdenciários. 2016. Disponível em:

<<https://shre.ink/8qRh>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

CPT Nacional. Pescadores fazem manifestações pelo Brasil contra decreto do governo que fere direitos da categoria. Disponível em: <<https://shre.ink/8qR3>>. Acesso em: 11 fev. 2024.

Carta de repúdio assinada por mais de 100 organizações, associações e entidades contrárias às Medidas Provisórias 665 e 664 e ao Decreto 8425. Governo brasileiro rasga direito de autoidentificação das comunidades tradicionais pesqueiras e tira direitos trabalhistas das mulheres pescadoras. 2015. Disponível em: <<https://shre.ink/8qR5>>. Acesso em: 19 dez. 2023.

COSTA, Priscylla Selva. A integração entre o planejamento urbano e turismo: os impactos na Ilha de Itamaracá - PE. Revista Acadêmica da Faculdade Damas, 2018. Disponível em: <<https://shre.ink/8qRS>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

CAETÉS (tribo). 2024. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em:

<<https://shre.ink/8qRx>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

DILMA, revogue o decreto 8425 [Petição online]. Avaaz, 2015. Disponível em:

<<https://shre.ink/8qRD>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

DAMIANI, Amélia Luísa. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.21-37, 2000.

FEDERICI, Silvia. O ponto Zero da Revolução. Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva.

Editora Elefante, 2019.

Folha PE. O Programa Chapéu de Palha cadastra pescadores artesanais no Recife e em Olinda. Disponível em: \<<https://shre.ink/8qRr>>. Acesso em: 09 fev. 2024.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Estampa, Lisboa, 1977.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Pelos direitos de pescadores e pescadoras: Ministério da Saúde. Saúde de pescadoras artesanais e atividades de pesca. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://shre.ink/8qRk>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

GIOVANETTI, Soraya. Gestão ambiental; percepção ambiental e caracterização socioeconômica e cultural da comunidade de Vila Velha, Itamaracá - PE (Brasil). Disponível em: <<https://shre.ink/8qRQ>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

IPEA. Seguro defeso: Diagnóstico dos problemas enfrentados pelo programa. 2014.

Disponível em: <<https://shre.ink/8qRc>>. Acesso em: 09 fev. 2024.

INSTITUTO SIADES. APA de Santa Cruz Online. Recife, 2018. Disponível em:

<<https://shre.ink/8qRa>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).

Ilha de Itamaracá: Vila Velha. Disponível em: <<https://shre.ink/8qR9>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

IBGE. Território brasileiro e povoamento. Disponível em: <<https://shre.ink/8qRU>>.

Acesso em: 18 fev. 2024.

ILHA DE ITAMARACÁ. Disponível em: <<https://shre.ink/8qRm>>. Acesso em: 07 fev.

2024.

ILHA DE ITAMARACÁ. APL da Pesca Tradicional e do Turismo da APA de Santa Cruz. Disponível em: <<https://shre.ink/8qEY>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. Disponível em:

<<https://shre.ink/8qE0>>. Acesso em: 16 fev. 2024.

KURZ, Robert. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. Indicadores Econômicos FEE, v. 23, n. 1, p. 190-206, 1995.

LEGISLAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Lei nº 16.785, de 8 de dezembro

de 2019. Disponível em: <<https://shre.ink/8qEJ>>. Acesso em: 09 fev. 2024.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. DOI:10.11606/T.8.2015.t-05082015-124614. Acesso em: 10 fev. 2024.

LEITE, A. C. G. A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador boia-fria em suas condições regionais de mobilização do trabalho. TRAMA: Terra, Trabalho, Migração e Memória, 2010. Disponível em:

\<<https://shre.ink/8qEV>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

LEITE, A. C. G. Acumulação de capital, mobilização regional do trabalho e coronelismo no Brasil. [S.l.], 2014. Disponível em: \<<https://shre.ink/8qEE>>. Acesso em: 16 fev. 2024.

LOPES, Aline Marinho. Os estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre o campesinato e as transformações no meio rural brasileiro. Estudos Sociedade e Agricultura, outubro de 2014, vol. 22, n. 2, p. 319-342, ISSN 1413-0580.

MARX, Karl. O capital. Crítica da economia política. Livro Terceiro. Volume IV. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

Portal Efood. Processamento de pescados no Brasil. Disponível em:

\<<https://shre.ink/8qEz>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

SANTOS, J. P. B. (s.d). O impacto das políticas públicas sobre as práticas tradicionais dos pescadores da ilha de Itamaracá-PE: o caso do bolsa família nas comunidades de Jaguaribe e Pilar. Disponível em: \<<https://shre.ink/8qEF>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

SANTOS, T. M. P. Mariscagem. Memórias do Baixo Sul. Disponível em:

\<<https://shre.ink/8qEX>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SILVA, N. E. A. (2014). Nos fragmentados degraus do tempo: por uma história e memória do patrimônio de Vila Velha de Itamaracá (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife. Disponível em:

\<<https://shre.ink/8qEC>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. 1992. Disponível em: \<<https://shre.ink/8qEK>>. Publicado na revista Krisis nº 12, 1992. Acesso em: 11 dez. 2023.

SILVA, S. M. Território pesqueiro de uso comum: conflitos, resistência, conquistas e desafios na Reserva Extrativista Acaú-Goiana/PB-PE. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

SEABRA, O. C. L. (2004). Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. Revista Cidades, 1(2).

SEABRA, O. C. de L. (2000). Urbanização: Bairro e vida de bairro. TRAVESSIA - Revista Do Migrante, (38), 11–17. Disponível em: \<<https://shre.ink/8qEu>>. Acesso em: 18 fev. 2024.

Teixeira, P. S. Primeiros Engenhos do Brasil Colonial e o Engenho São Jorge dos Erasmos: Preliminares de uma Doce Energia. 2011. Disponível em:

\<<https://shre.ink/8qE7>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

Vasconcellos, Dora Vianna. Bairros rurais em Maria Isaura Pereira de Queiroz e Antônio Cândido. Uniara, 2014. Disponível em: \<<https://shre.ink/8qEA>>. Acesso em: 10 de fev. 2024.